

CONVERGÊNCIA

OUTUBRO - 1969 - ANO II - Nº 18





EDITORIAL

Cristo continua a encarnação de sua mensagem, não mais mediante seu corpo visível, mas mediante outro corpo: o do Povo de Deus. E dentro dêste povo de Deus, mediante aquêles — os Bispos — que receberam mandato especial do Senhor para velar pela integridade da mensagem e bem-estar dos outros.

Por isso, quando uma Assembléia de Bispos se reúne para refletir sobre a mensagem, para juntos rezarem pela Comunidade Humana, como foi o caso do Vaticano II, e recentemente, em São Paulo, da X Assembléia dos Bispos do Brasil, neste momento, nós cristãos temos a certeza de que se trata de um acontecimento extraordinário de salvação. É o Espírito de Deus que impele êstes homens carismáticos a se congregarem, para juntos, depois de intensos dias de reflexão e oração, merecerem renovação da graça de Pentecostes, que lhes permitirá descortinar, entre o emaranhado de problemas que envolvem os homens e a Igreja, qual o caminho mais acertado a ser trilhado.

Sabendo-se que o Povo de Deus e nêle especialmente os bispos são depositários de uma mensagem divina; sabendo-se também que Deus exige o esforço do homem para concretizar a obra de salvação, mais nos convencemos de que na medida em que procurarmos o diálogo, a colaboração fraterna, descobriremos os sussurros do Espírito em nós mesmos e nos outros, sentiremos para onde Deus conduz delicadamente sua Igreja, acertaremos melhor com os sinais

onde Ele se manifesta. Por isso Cristo deu a cada um seu Espírito, constituindo-nos a todos num povo de salvos. O vemos então um Episcopado, reunido, humildemente procurando, com os talentos e limitações de cada um, maior fidelidade à missão de cristãos e de pastores, suscita em nós, no Povo de Deus, uma confiança renovada, pois vemos nêles não mais homens que desejam impor suas vontades aos outros, mas homens que, num esforço comunitário, querem ser fiéis à missão espiritual recebida de Cristo.

Sinal para o Povo de Deus, a Assembléia dos Bispos se constitui mais sinal ainda para os religiosos e religiosas, na forma de um convite insistente, para cada qual viver intensamente seu carisma, seu Dom divino, levar à Igreja que se renova uma contribuição valiosa de esperança e amor.

Nas páginas dêste número apresentamos os trabalhos da Assembléia, na palavra do Secretário Nacional da CNBB, *Dom Aloísio Lorscheider*. Oferecemos também, na seção de *Problemas pastorais*, uma análise pormenorizada dos assuntos mais relevantes abordados pelos Senhores Bispos. Para podermos avaliar a dinâmica interna da Assembléia, o *Pe. Carlos* e o *Pe. Marsal* nos apontam algumas pistas para reflexão.

Nas outras seções encontraremos sinais do comportamento de membros do povo cristão disperso pelo Brasil e pelo mundo.

Portanto, está aqui uma convergência de esforços humanos, para possibilitar a ação do Espírito, mediante uma Igreja sempre mais fiel.

CONVERGÊNCIA
DA AÇÃO
DO ESPÍRITO
SANTO E DO
ESFORÇO
DO HOMEM

X ASSEMBLÉIA GERAL DA CNBB

De 21 a 30 de julho, teve lugar em São Paulo, no Seminário Central do Ipiranga, a X Assembléia Geral da CNBB. Tratava-se estatutariamente de uma assembléia extraordinária, sendo de dois em dois anos a ordinária. Fôra inicialmente convocada para a revisão dos estatutos da CNBB. Entretanto, desde a reunião da Comissão Central no fim do mês de outubro de 1968, notou-se a necessidade de dar prioridade ao tema *presbíteros*. Sempre mais se notava a urgência de examinar mais detidamente a condição existencial dos padres no Brasil.

Foi por isso que o Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico, com licença e apoio da Comissão Central, julgou útil a elaboração de um fascículo, contendo alguns documentos referentes aos padres, como ponto de partida para uma visão real da vida dos mais diretos colaboradores dos bispos.

A partir de março, iniciaram-se os encontros regionais ou inter-regionais de padres, especialmente delegados pelos seus irmãos no presbiterado. Dêsses encon-

Dom Aloísio Lorscheider

tros, culminando com o encontro de teólogos, liturgistas, pastoralistas, canonistas, historiadores, de 30 de junho a 4 de julho, no Rio, nasceu o Documento dos Presbíteros. Este Documento dos Presbíteros tornou-se o ponto de partida para as reflexões e propostas dos bispos durante a X Assembléia. Dedicou-se atenção especial à comunhão hierárquica, ao celibato, à profissionalização e manutenção do clero, à fé e espiritualidade do sacerdote, às necessidades e estruturas pastorais, à formação e atualização dos presbíteros.

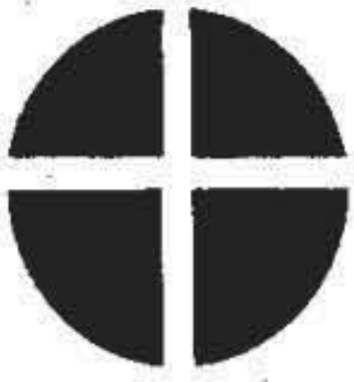
Além deste tema prioritário, a agenda apresentava o *anteprojeto geral da formação sacerdotal*. O Secretariado Nacional dos Seminários procurou colher as opiniões dos bispos em alguns itens fundamentais, sobressaindo a definição do *seminário maior*, a atitude perante pequenos grupos de seminaristas que frequentam *institutos de filosofia e teologia*, a necessidade ou não do curso de filosofia, a necessidade de os seminaristas maiores terem participação mais inten-

Trabalhamos em clima fraterno de lealdade e liberdade. Ninguém se admire que, sobretudo no terreno das aplicações concretas, t e n h a h a v i d o diversidades. Tais divergências n ã o significam desunião, mas crescimento na unidade interna da Igreja que não se deve confundir com uniformidade.



sa na vida universitária, a formação dos educadores dos seminaristas maiores e a posição perante o Pontifício Colégio Pio Brasileiro. Não se perguntou acerca do *seminário maior* por serem claras as indicações do Vaticano II e as subseqüentes, emanadas da Santa Sé, através da Congregação para a Educação Católica.

O encaminhamento do novo Plano de Pastoral de Conjunto ocupou a atenção dos bispos. Em 1970 termina o plano em curso que entrou em vigor a partir de janeiro de 1966. Desejava-se saber do Episcopado se convinha pensar num novo Plano de Pastoral de Conjunto e, no caso afirmativo, como deveria ser encaminhado; ou



IGREJA NO MUNDO

se conviria antes aprofundar o processo de planejamento, procurando dar maior atenção a uma ou outra linha do atual plano, caminhando para diretrizes pastorais a serem dadas nas assembleias gerais conforme as exigências da pastoral no Brasil. Prevaleceu a segunda opinião, que exigirá uma revisão profunda do plano ora em vigor para, em seguida, determinar o que nos próximos anos constituirá a continuidade pastoral em nosso ambiente brasileiro.

Sentindo a necessidade de uma revisão dos estatutos da CNBB, vinha-se há meses trabalhando na elaboração e aprofundamento de um anteprojeto. Deu-se na assembleia andamento ao exame do anteprojeto, onde os problemas que mais preocupam os bispos são: maior integração dos padres, religiosos e leigos, maior funcionalidade da CNBB, maior liderança no âmbito nacional e descentralização vivificadora. A Comissão Central recebeu incumbência de fazer *ad experimentum*, durante este ano e início do próximo, a reestruturação que se fizer necessária, de tal sorte que na próxima Assembleia Geral a ser realizada em Brasília em conexão com o Congresso

Eucarístico Nacional, se possa ter um novo estatuto correspondendo aos desejos manifestados nos últimos anos.

Mereceu igualmente atenção o estudo da Igreja em seu relacionamento externo. Este problema, conhecido comumente como o problema das relações entre Igreja e Estado, com as profundas transformações de nossa época, deverá ser colocado em nova luz. Precisamente esta recolocação está em jogo. Não se pôde chegar a conclusões claras e positivas, devendo em outra oportunidade receber o seu devido aprofundamento.

Com o novo rito da *santa missa*, que vigorará a partir do próximo dia 29 de novembro, primeiro domingo do advento, fizeram-se necessários alguns pronunciamentos dos bispos, conforme o pede a constituição litúrgica *Sacrosanctum Concilium* e a legislação litúrgica posterior. Apreciaram-se diversos pedidos com referência à distribuição da santa comunhão por leigos; às traduções a serem feitas, de modo particular sobre o uso do *Tu* ou do *Vós*; à recepção da santa comunhão na mão; às festas a serem incluídas no calendário próprio do Brasil.

Considerou-se por fim a situação financeira da CNBB, propondo-se planos para uma solução sempre mais efetiva.

Fazendo o balanço da Assembleia Geral, julgo poder servir-me das palavras do Sr. Cardeal Presidente Dom Agnello Rossi, que em entrevista coletiva, no dia 12 de agosto, afirmou: «Trabalhamos intensamente durante a Assembleia, sempre em clima fraterno de lealdade e liberdade. Ninguém se admire que, sobretudo no terreno das aplicações concretas, tenha havido diversidades explicáveis, mormente pelas dimensões continentais de nosso Brasil e pela variedade de condições e situações em que vivem os bispos do País. Tais divergências não significam desunião, mas crescimento na unidade interna da Igreja que não se deve confundir com uniformidade».

A Assembleia Geral será sempre mais positiva à medida que conseguir, com calma e espírito sereno, ocupar-se dos problemas nacionais que reclamam o cuidado pastoral de conjunto dos bispos, deixando a solução de problemas menores aos organismos executivos da CNBB.

DEUS TEM IMAGINAÇÃO

«Deus tem imaginação» — estas palavras foram pronunciadas pelo Cardeal de Malines no encerramento do simpósio de Coire, na Suíça, dia 10 de julho último. O Cardeal que teve neste encontro uma atuação importante e até decisiva esclarece assim a sentença aparentemente insólita: «O Espírito Santo é o *inédito de Deus*. Ele saberá encontrar para amanhã caminhos novos para sua Igreja. Nossa (dos bispos) tragédia é não termos diante dos olhos o mundo do ano 2000». Esta mensagem de fé e coragem, no dizer de Henri Fesquet, «salvou o simpósio da mediocridade» e deu uma certa satisfação às reivindicações mais do que justas de um grupo de padres contestatários.

O congresso de Coire, pequena cidade da Suíça, foi o 2º simpósio dos bispos europeus para tratar dos problemas comuns de pastoral e preparar o próximo sínodo romano. O primeiro tivera lugar na Holanda em julho de 1967 e reunira 7 Cardeais e 68 Bispos. Desta vez, estavam presentes 12 Cardeais e 115 Bispos, representando 11 conferências episcopais de vários países da Europa.

Escolheram Coire (Chur, em alemão), porque a pequena cidade, situada nas montanhas do cantão dos Grisões e oferecendo as vastas salas do seminário das 4 dioceses suíças, parecia o lugar isolado e tranqüilo de que os Bispos necessitavam para suas reflexões. Entretanto, o tema escolhido era candente: «O padre no mundo e na Igreja de hoje». Assunto tão apaixonante que os padres de diversos países (sobretudo da França, da Holanda e da Bélgica) acharam que não podiam ficar por fora. Não convidados, apresentaram-se mais de cem, a fim de que fôsse ouvida a voz dos sacerdotes em um assunto que lhes interessava diretamente. Não tendo sido admitidos a participar das reuniões fechadas do plenário episcopal, decidiram realizar um congresso paralelo, num dos hotéis da cidade. Hans Kung e Frei Cardonel, entre outros, lideravam a assembléia dos contestatários. Após vários *pourparlers*, cinco bispos foram delegados pelo plenário para entrarem em entendimento com os padres e levarem ao simpósio suas reivindicações. O Cardeal Suenens, principal porta-voz, desempenhou

«O ESPÍRITO SANTO E'

O INÉDITO DE DEUS.

ÊLE SABERÁ ENCON-

TRAR PARA SUA IGRE-

JA CAMINHOS NOVOS

PARA AMANHÃ»

Suenens

então um papel decisivo. Se os contestatários não foram atendidos em tôdas as suas reivindicações, algumas entretanto, e não menos importantes, passaram nas conclusões do congresso. Entre outras coisas, eles pediam: a dissociação do celibato e do sacerdócio, a ordenação de homens casados, a manutenção de padres egressos em certas funções do ministério, a profissionalização, ao menos parcial, das atividades sacerdotais, a participação do clero em tôdas as formas de solidariedade humana, mesmo políticas.

Em seu discurso de encerramento, o Cardeal Suenens exprimiu, pelo menos a título pessoal, as sugestões finais:

1. Que se pense na necessidade de aprofundar o valor evangélico do celibato livremente escolhido e de promover uma educação positiva neste sentido;
2. Parece necessário rever, em muitos aspectos, a legislação católica humilhante a respeito da dispensa do celibato e conseqüente situação perante os fiéis;
3. É necessário estudar, com profundidade teológica, o que pertence à essência do ministério sacerdotal e o que é contingente e determinar exatamente o sentido do caráter do sacramento da ordem;
4. Examinar atentamente a questão da admissão dos homens casados às funções sacerdotais e a ordenação sacerdotal nos lugares onde, por penúria de clero, a necessidade pastoral o exigir.

A ordenação diaconal, para homens casados experimentados, não provocou mais objeção.

Estas conclusões foram obtidas num clima de acesos debates, quer entre os presentes, e entre sacerdotes e bispos, quer no barulho suscitado pela presença de nada menos que 200 jornalistas de países diversos. Só

esta presença atesta o interesse que causam os assuntos de Igreja, tanto na Europa, como no mundo inteiro.

A personalidade do Cardeal Suenens, já bastante em evidência, após sua famosa entrevista em *Informations Catholiques Internationales*, a 15 de maio deste ano, projetou-se ainda mais neste simpósio, graças a seu descortino, sua visão de fé confiante no futuro, seu equilíbrio, sua grande capacidade de auscultar o seu tempo e de captar o sentido da evolução da história. Alguns consideram suas conclusões ainda insuficientes. Elas eram, porém, as que ditavam as circunstâncias, as únicas, no sentido de progresso, que aquele simpósio podia ouvir e assimilar. Esperamos que o próximo Sínodo de Roma vá ainda além e que novamente Suenens desempenhe aí o seu papel providencial. Os padres contestatários pretendem fazer-se ouvir também em Roma. Eles são agora perto de 2.000, compreendendo os grupos *Echanges et Dialogues*, da França, *Septuagint*, da Holanda, e outros da Bélgica, da Alemanha, da Áustria e da Itália.

Frei Raimundo Cintra.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO: UM CONTATO DIRETO COM A REALIDADE RURAL SUL MINEIRA

O Secretariado de Promoção Vocacional (SPV) dos padres sacramentinos realizou na cidade de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais, o 1º Encontro Missionário de Jovens. O objetivo foi promover: 1) um encontro de jovens já com certo engajamento no meio rural; 2) um aprofundamento da amizade entre eles; 3) uma experiência através do contacto direto com o meio rural, visando iniciar aí comunidades de base.

Participaram da experiência 22 jovens (rapazes e moças), e 5 adultos (3 padres e 2 orientadoras), todos especializados em pastoral de juventude.

O local da experiência foi a paróquia de Nossa Senhora da Abadia, cujo pároco, Padre Sebastião Galvão, é um homem extremamente preocupado com a vivência das comunidades de base. A paróquia de Nossa Senhora da Abadia faz parte da diocese de Guaxupé.

Após três dias de treinamento intensivo, os jovens partiram, em cinco grupos diferentes, para outros tantos bairros rurais e, aí, viveram oito dias completamente sintonizados com o povo da região. Não havia mensagem a transmitir mas uma amizade cristã a revelar.

Os jovens puderam verificar na roça a realidade brasileira naquilo que ela tem de subdesenvolvimento crônico e naquilo que ela tem de grande, ou seja, uma imensa solidariedade humana. Não se tratou, portanto, de uma técnica de operação qualquer, mas de uma experiência vivida. Para todos ficou bem claro que o caminho de uma renovação profunda é a formação de comunidades.

Na linha da ação pastoral, mais uma vez comprovou-se a eficiência da ação planejada e revista. Mais uma vez foi sentida seriamente a importância da experiência conjunta de adultos e jovens.

Para todos ficou bem claro que o caminho de uma renovação profunda é a formação de comunidades.

SEMANA INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em San Antônio, Texas (USA), realizou-se recentemente a primeira Semana Internacional de Estudos sobre Meios de Comunicação e Catequese, à qual compareceram, como representantes do SNAC, Dom José Costa Campos, Secretário Nacional de Catequese, e Pe. Wolfgang Grünen, de São João del Rei.

Os quase 50 participantes, vindos de 15 países, eram peritos em Meios de Comunicação e em Catequese. Mais da metade, porém, era constituída de norte-americanos. Das Filipinas vieram 5; o México e o Brasil enviaram 2; todos os demais 1: Canadá, Costa Rica, Argentina, Chile, Colômbia, J a p ã o, Uganda, União Sul-Africana, Bélgica, Holanda, Itália. Dom José Costa Campos, Secretário Nacional de Catequese no Brasil, e Dom Román Arrieta, de Costa Rica, foram os dois únicos bispos que participaram de todos os trabalhos. Entre os nomes mais conspícuos, podemos citar: Frank Capra (Diretor da *Motion Picture*), Richard Byrne, Pe. Neil Hurley, Dr. Kruppa, Pe. Mulders, Pe. John E. O'Brien, Pe. Mercel Van Caster.

A finalidade principal da Semana: que os peritos em Meios de Comunicação e em Catequese pudessem expor uns aos outros suas atividades e preocupações para juntos melhor servirem ao homem de hoje.

Os peritos em catequese puderam apresentar, em grandes traços, o gradual aprofundamento da catequese no mundo, até à visão da Semana Internacional de Medellín (1968), tão preocupada com o homem. Quanto aos Meios de Comunicação, pode-se dizer que o pensamento de Marshall McLuhan esteve marcadamente presente às exposições.

Como o homem do espaço, também o cristão está hoje *flutuando* — lembrou um dos conferencistas; o que não significa relativismo e subjetivismo absolutos. É preciso compreender esta nova situação, como consequência também da nossa transição de uma época da imprensa para a das rápidas e múltiplas comunicações, que nos fazem mudar todo o ritmo de vida e a abordagem do mundo que nos rodeia, além de aumentarem e modificarem toda a nossa participação e envolvimento. Mesmo na imprensa acontece algo parecido: hoje não basta mais *ler* o jornal, é preciso saber *olhar* para ele.

Na catequese, tudo isto tem ressonâncias de grande importância: primeiramente, vem-nos lembrar que não podemos ficar discutindo bagatelas com os jovens bom-

**Cristo renova continuamente
nossa visão em
t o d o s os setores. O
Evangelho é a renova-
ção de todos os valores.**

bardeados por todos os lados por visões tão vitais e envolventes. E' preciso levar muito a sério as profundas mudanças que os modernos meios de comunicação produziram na geração que cresceu sob sua influência. Além disso, é preciso compreender a grande ação missionária da tecnologia de hoje, independente de seu conteúdo: ela quebra o antigo modo de pensar; ela une os homens — o que já é eclesial e católico no sentido mais largo destas palavras. E, no entanto, frisou o Pe. Mulders (co-autor do célebre *Nôvo Catecismo*), o Evangelho é uma *metanóia* de todos os valores humanos: Cristo renova continuamente nossa visão em todos os setores.

Importantes, também, as reflexões relativas ao culto: não tem sentido tirar o povo de seu ambiente tão vivo e real para o artificialismo que êle respira em certas Igrejas e práticas de culto; não poderiam também as Igrejas adaptar-se ao uso dos modernos meios de comunicação, inclusive nas reuniões litúrgicas?

Quanto à interligação crescente das nações via satélite, viu-se a necessidade de a Igreja, também oficializada através do Vaticano, interessar-se ativamente no sentido de o sistema ser colocado a serviço das necessidades primárias das regiões subdesenvolvidas e em desenvolvimento.

A Semana não foi só de conferências e discussões:

importantes também as demonstrações práticas de uso dos mais modernos meios de comunicação para a promoção e evangelização do homem de hoje. Assim, o Prof. Byrne imergiu a audiência numa singular experiência audiovisual, em que a multiplicidade de sons, imagens e associações falam de *per si*, sem lógica nem seqüências, mas por uma abordagem múltipla extremamente rica. Muito sugestivos e aplaudidos os curtíssimos filmes para TV, tipo propaganda comercial (mas numa linha educativa, conscientizadora), produzidos pela St. Francis Productions de Los Angeles, sob a direção do Pe. Karl Holtsnider, OFM.

Como era de esperar e desejar, houve também diferenças de mentalidade. Houve até quem discordasse totalmente, e com palavras duras, da linha que a Semana estava seguindo. Mas viu-se em todos o desejo sincero de servir, de progredir, de trabalhar no espírito de Jesus Cristo. Também nos momentos mais tensos ficou comprovado, mais uma vez, que a caridade fala mais alto que qualquer outro argumento.

Sem dúvida, esta Semana foi um nôvo e decidido passo para frente no campo da Catequese: abriu nossa visão

para novas dimensões, indispensáveis hoje à ação catequética. Em Medellín já se havia esboçado algo neste sentido, mas a escassez do tempo não permitiu tratar devidamente do assunto. Especificamente, saímos de um conceito demasiado *instrumental* de meios de comunicação (meios!) para a consciência de que, hoje, os mesmos meios já são mensagem: agem, transformam, unem.

Além disso, pela primeira vez os peritos em catequese se reuniram com um grupo realmente representativo do mundo dos meios de comunicação — certamente com proveito mútuo. Significativas as observações sério-jocosas de Frank Capra: «Pelo que vejo, parece que a Igreja fracassou na sua tentativa de suicídio...»; e ao despedir-se: «Fiquei impressionado com a força da Igreja Católica: deixei-a há vinte anos, e nada lhe aconteceu».

(De *Nacionais Informam*, n. 81 - Ano V).

RENOVE

SUA ASSINATURA DE

CONVERGÊNCIA

E DE UMA

ASSINATURA DE PRESENTE

NESTE NATAL

X assembleia dos bispos: presbíteros e estruturas



Ao término da X Assembleia do Episcopado Brasileiro, vastíssimo material se acumulou, compreendendo decisões e justificativas. Não nos foi dado compulsar os dados finais da apuração de algumas votações. Particularmente interessantes terão sido a triagem e a interpretação dos muitos *modi* (modificações e explicitações acrescentadas aos votos positivos, que não alteram substancialmente o sentido das propostas votadas). Entretanto, os resultados das votações das propostas, que tiveram, pró ou contra, a maioria qualificada de dois terços dos votantes, permitem-nos delinear a posição do Episcopado face aos temas debatidos.

Na Assembleia Geral de 1968 (décima) o Episcopado iniciara, com o subsídio de um documento-base, elaborado por uma comissão episcopal, em conformidade com o método de avaliação e com o quadro de referências do Plano de Pastoral de Conjunto, o exame da situação pastoral do País, no seu contexto global. O documento foi reeditado, após a assembleia, com as emendas e acréscimos propostos pelos bispos. Era intenção levar os diversos temas à reflexão das bases, com vistas à eventual promulgação de diretrizes em futura reunião nacional. Do primeiro exame resultara a verificação de que a crise profunda, que atinge os vários setores, como os da educação da fé (linha 3 do Plano de Pastoral de Conjunto), do culto (linha 4), da organização ministerial e serviço autorizado da unidade (linha 1), estava condicionada pelo confronto do *Evangélio* com as mudanças de todo tipo, que atingem pessoas e estruturas sociais de nossa época. Numa palavra, a crise generalizada se configura como uma crise de fé. A Igreja se acha no Brasil perante o desafio de uma situação eminentemente missionária.

Entretanto, o caráter de urgência de certos aspectos desta crise levou os organismos executivos da CNBB a convocarem a assembleia extraordinária em 1969 (ela se reúne, segundo a norma do estatuto, de dois em dois anos), para tratar de temas que sensibilizaram, de



PROBLEMAS PASTORAIS

modo particular, o Episcopado nos meses que seguiram à X Assembléia. São temas referentes à estruturação hierárquica da Igreja: 1) problemas relativos à vida e ministério dos presbíteros, manifestados em muitas *cartas dos padres* ao Episcopado; 2) definição e estrutura da própria *Conferência dos Bispos*, considerada em seu relacionamento tanto com as Igrejas locais como com a Igreja universal, e em sua modalidade de atuação (planejamento pastoral). O ensejo para esta última preocupação foi fornecido: a) pela contingência de se dever dar à Conferência um estatuto definitivo; b) pela necessidade de se fornecer indicações ao representante da Conferência sobre o pensamento dos bispos quanto à temática do próximo Sínodo Episcopal; c) pela urgência de diretrizes aos organismos executivos para continuidade do planejamento pastoral (o atual Plano de Pastoral de Conjunto tem prazo de vigência até dezembro de 1970).

Esta decisão de dedicar uma assembléia a assuntos *internos* e de estruturas hierárquicas poderia ser tomada como sintoma de alheamento com relação à história, principalmente tomando-se em conta a situação sócio-política do País. Na verdade, a CNBB por seus organismos permanentes não se omitiu no acompanhamento dos fatos novos e graves ocorridos na área sócio-econômica e política. Estes fatos, por sua complexidade e ambigüidade, envolvem pressões de várias procedências e de enderêço também variado; são, não raro, invocados, e se tornam pretêxto, para mal disfarçada instrumentalização da Igreja hierárquica em benefício de posições ideológicas. Os pronunciamentos da Comissão Central e do Secretário Geral mantiveram-se no plano próprio da Igreja, que é o do julgamento evangélico e não político, e o do estímulo à busca de paz e de justiça. Foi esta mesma atitude equidistante, não dos acontecimentos, mas das interpretações subservientes, que levou a maioria dos bispos, reunidos em assembléia, a não se empolgarem pelo projeto de uma tomada de posição mais explícita e identificada com setores atuantes no campo sócio-econômico e po-

lítico. A assembléia julgou suficientes as declarações anteriormente emitidas. De outro lado, a pauta sobrecarregada de assuntos não permitia, na opinião de muitos, empreender-se com a profundidade e serenidade requeridas, a análise e o julgamento de fatos tão complexos. A assembléia da CNBB indicou como tema de sua próxima reunião ordinária, em 1970, a participação do laicato na vida e na missão da Igreja. A preparação de tão importante debate, do qual deverão obviamente tomar parte os próprios leigos, levantará toda a problemática já colocada na X Assembléia, enfocada não mais exclusivamente do ponto de vista hierárquico.

PROBLEMÁTICA DO PRESBÍTERO

Os bispos trataram este assunto em diálogo com os próprios presbíteros, isto é, a partir dos depoimentos apresentados por estes e com intervenção de representantes dos presbíteros regionais. Embora não tenham faltado na assembléia vozes de contestação à representatividade dos depoimentos dos presbíteros, na forma por que foram apresentados são os bispos unânimes em ressaltar a seriedade das preocupações e das propostas. Decidiram prosseguir, em âmbito diocesano, regional e nacional, o diálogo encetado; aprofundar os temas não amadurecidos e atuar gradual e co-responsavelmente as propostas dos presbíteros.



Os problemas relacionados com o trabalho e a manutenção dos sacerdotes nunca poderão ser encarados fora do contexto pastoral.

PRINCÍPIOS GERAIS

Sentem os bispos, juntamente com os presbíteros, a falta de uma reflexão teológica, que ofereça indicações seguras dos rumos a tomar na renovação da vida e do ministério sacerdotais. Desejam que se elabore, primeiro, uma *visão nova* do sacerdote considerado no plano sacramental da Igreja e de Cristo, depois, uma teologia dos ministérios situada no Mistério da Igreja, tendo por fontes o Nôvo Testamento e os documentos do Vaticano II. Acentuam, entretanto, a urgência de se encarnar, prática e visivelmente, os postulados do Concílio e de se assimilarem e se aplicarem, desde já, à conjuntura brasileira as conclusões de Medellín relativas aos presbíteros.

Isto significa atitudes mais evangélicas do que jurídicas com relação aos presbíteros; estruturas mais flexíveis e dinâmicas, que possibilitem dar maior valor à pessoa do presbítero, promovam o diálogo, a criatividade, a co-responsabilidade, o clima de confiança, de otimismo, a objetividade e a audácia na eliminação progressiva das estruturas caducas e ineficazes. Os bispos afirmam estar convencidos de que o padre deve ser «pessoa humana plenamente realizada». Concordam, por êste motivo, em que haja entre bispos e presbíteros um relacionamento humano *alto* e os presbíteros participem das decisões e execução de projetos. Não cabe aos presbíteros uma «posição infantilizada e marginalizada», mas é preciso propiciar-lhes condições para promoção intelectual e espiritual.

Conquanto não se tenham adentrado no exame dos aspectos teóricos da crise sacerdotal, os bispos, solidários com os presbíteros, tomam posições práticas de grande alcance. Assim é que enunciam o princípio do apoio aos presbíteros que procuram, em suas comunidades, explicitar a mensagem evangélica, em linguagem e gestos inteligíveis aos homens de hoje. O sacerdote ministerial, dizem os bispos, deve ser mais que o fiel cumpridor de normas e rubricas. Não pode ser tolhido na sua missão de intérprete dos desígnios de Deus e de animador

FORMAÇÃO

Declaram, de início, os bispos que a formação dos presbíteros (que é também a dos bispos) tem suas raízes no convívio das comunidades eclesiais de origem, sementeiras insubstituíveis de vocações ministeriais. Os bispos desejam que esta formação cristã seja mais autêntica, e que nela se ressaltem os fins escatológicos da Igreja, e se promova principalmente através da ação apostólica dos leigos.

da comunidade. Numa palavra, a maneira de exercer-se o sacerdócio ministerial deve comportar, sobretudo, participação pessoal e iniciativa.

Para a concretização destes princípios, quatro indicações práticas foram traçadas: 1) a autoridade hierárquica exercer-se-á por meio da busca em comum de diretrizes básicas e da promoção da participação pessoal; 2) os ministérios deverão diversificar-se em razão: a) das necessidades da comunidade eclesial, b) da própria vocação do ministro, c) do condicionamento social; 3) seja atribuição do presbitério (com o bispo) a organização e distribuição dos ministérios na comunidade local, em comunhão com a Igreja universal; 4) na busca de soluções destes problemas tenham parte os leigos.

Algumas conseqüências bem concretas foram tiradas destas posições: reformulação das ordens menores e do subdiaconato, e do preceito dominical, de modo que seja cumprido em qualquer missa comunitária. De maneira clara pedem os bispos «aculturação corajosa da liturgia». Não oferecem propostas concretas para o exercício do ministério da palavra, e da animação da comunidade. Entretanto, subentende-se que propugnam a *aculturação corajosa da evangelização*, em conformidade com diretrizes explícitas da *Gaudium et Spes*.

REALIZAÇÃO PESSOAL DO PRESBITERO

A realização pessoal do presbítero, sempre relacionada com a comunidade, é considerada pelos bispos, sob três aspectos: 1) *formação integral* que o qualifique como solidário com a comunidade e como seu apoio na busca de uma interpretação da vida e da história em Cristo; 2) *trabalho e manutenção*, que o relacionem com a missão da comunidade de transformar o mundo; 3) uma *espiritualidade* e um amor cuja forma radical seja o celibato vivido por causa do Reino.

No que se refere à formação institucionalizada para o presbítero, a posição do Episcopado é pela conservação do modelo básico atualmente em uso. Julgam que a definição do seminário maior, qual se apresenta no projeto de *ratio formationis* da Sagrada Congregação da Educação Cristã, é «adequada e compatível com a realidade da Igreja no Brasil». De outro lado preconizam a substituição da «metodologia clássica» por outra fundamentada nas necessidades concretas da comunidade. Ao que parece, querem dizer que se deva ter em vista, além da formação básica, uma formação diversificada, segundo os múltiplos campos da atividade pastoral. Acham, porém, que, neste campo, as inovações devem ser introduzidas com gradualismo. Os bispos são pela descentralização das decisões no campo da formação, mas não são concordes ao julgarem certas experiências em curso, como a dos pequenos grupos de seminaristas que residem em lugares distintos, a da substituição do currículo filosófico por outros, e a do trabalho remunerado durante o currículo filosófico, em tempo de aulas.

A formação, dizem os bispos, não se pode dar por acabada com o curso seminarístico. E' preciso despertar o interesse dos sacerdotes pela leitura teológica e facilitar-lhes o acesso aos livros, mediante a constituição de centros bibliográficos. Recomendam cursos de atualização para bispos e presbíteros, cursos longos e periódicos, nos quais se coloquem claramente os problemas, e se promovam as experiências pastorais e a reflexão teológica. Que

Pela primeira vez os bispos abordaram de frente o complexo problema do celibato sacerdotal: transmitirão filialmente ao Papa o parecer dos presbíteros do Brasil.

haja pessoas disponíveis que possam ajudar as dioceses e se constituam equipes volantes, de âmbito regional, a serviço do clero.

TRABALHO E MANUTENÇÃO

O Episcopado é de opinião que o ministério sacerdotal deve ser exercido, normalmente, por tempo integral, admitindo, só em caráter extraordinário, por motivos pastorais e com aprovação do presbitério, que o sacerdote exerça outra profissão. Excluem, pois, explicitamente, que a profissionalização represente a solução normal para o problema da inserção pastoral e da manutenção do clero.

São unânimes em afirmar que a busca de formas mais eficazes para manutenção do clero não deve significar a procura de uma situação de bem-estar e de riqueza, que viesse a dificultar a realização de um anseio de pobreza voluntária. Chegam mesmo a propor o critério da igual remuneração, sem consideração da diversidade de tarefas, e recomendam o regime da mesa comum.

Declaram que se deve desvincular a manutenção dos presbíteros da administração dos sacramentos, e que o atual sistema é pastoralmente inadequado. Várias alternativas são propostas, que não se excluem umas às outras: dízimo, rendas patrimoniais, etc.

ESPIRITUALIDADE E CELIBATO

Solidários com os presbíteros na busca de caminhos para a santidade, de que são devedores, propõem-se os bispos pronunciar-se oportunamente, tanto no âmbito da Conferência, quanto no das próprias dioceses, sobre pontos do mais alto interesse: teologia do sacerdócio ministerial, novas formas de vida presbiteral, etc. Convocam os presbíteros a que, em equipes de reflexão e de experiências, procurem definir uma espiritualidade renovada para o clero. Fazem sugestões concretas: revisão de vida, encontros de conteúdo espiritual, exercícios espirituais com características de reco-

lhimento (que não se confundam com exercí-tações pastorais), vida em equipe, formas adequadas de oração pessoal e comunitária, abolição da obrigação *sub-gravi* do breviário, substituição das matinas por meditação bíblica, etc.

Julgam urgente recordar aos presbíteros que há lugar na espiritualidade sacerdotal (como aliás na espiritualidade cristã) para renúncias evangélicas, que nos identificam com o Senhor e nos tornam mais disponíveis para o serviço do povo. Esta renúncia, dizem os bispos, não frustra, mas, ao contrário, forma a personalidade.

Quanto ao celibato, externam os bispos o seu pensamento com liberdade. A maioria se mostrou favorável a que «seja comunicada ao clero a adesão do Episcopado, de maneira insofismável, à manutenção da atual lei do celibato, no espírito dos recentes documentos da Santa Sé, inclusive a não ordenação dos homens casados». Todavia, sufragaram, por maioria de dois terços dos votos, outra proposta no sentido de uma «leal comunicação ao clero do seu pensamento (dos bispos), de maneira exata, como ela se manifestou na X Assembléia». O que parece significar que a adesão do Episcopado à lei atual do celibato comporta alguns votos *affirmative, iuxta modum*, a maioria do Episcopado não considera o assunto definitivamente encerrado. Assim, com relação à Santa Sé, o Episcopado brasileiro se propõe: «comunicar-lhe, leal e filialmente, a opinião dos presbíteros do Brasil sobre o celibato, na medida em que os mesmos se expressarem nos documentos apresentados à X Assembléia, bem como a opinião dos bispos sobre o assunto, na sua *diversidade*».

Também nesta matéria sentem os bispos necessidade de se promoverem estudos. Estudos sobre o valor evangélico, eclesiológico e antropológico do celibato e sobre a maneira de comunicar esta doutrina ao povo, aos presbíteros e aos religiosos. São unânimes em valorizar o celibato (valor eclesial, exemplo de vida, intensificação de vida espiritual, alegria, amor exclusivo a Cristo e dedicação ao Reino, amor personalíssimo, que não admite divisão e reali-

za a libertação para Deus e para o próximo). Acrescentam que a vocação profética, assumida até às últimas conseqüências, *envolve* o celibato. Julgam que é preciso sensibilizar as famílias, os jovens para o aspecto de *doação* do celibato sacerdotal, a fim de se desfazerem preconceitos (entre outros o de considerar no celibato apenas os aspectos privativos).

Os bispos se pronunciaram claramente pela manutenção da atual lei do celibato, tanto para os seminaristas, quanto para os que já se ordenaram. Preocuparam-se, todavia, com a liberdade e o respeito que se devem aos sacerdotes que não mais querem continuar ligados pela obrigação do celibato. Desejam os bispos que os processos de laicalização sejam mais expeditos e descentralizados. E manifestam compreensão para com os que deixaram o exercício do presbiterato. Desejam mesmo vê-los integrados em funções ministeriais. Contudo, não acham conveniente que sejam admitidos ao exercício de ações próprias do múnus presbiteral.

Os bispos julgam que se deve promover a ordenação de homens casados, para que exerçam o ministério sacerdotal nas próprias comunidades.

RELACIONAMENTO — ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Respondendo ao desejo expresso dos presbíteros, concordam os bispos em que o relacionamento entre bispos e presbíteros não se deve reger apenas por normas jurídicas, mas deve ser expressão de fraternidade, diálogo, unidade, comunhão e co-responsabilidade, plena de compreensão no que se refere a limitações e fraquezas. Recomendam o emprêgo de técnicas de trabalho em grupo e a revisão de vida. Propõem-se assumir a ação pastoral das dioceses e participar das reuniões pastorais do clero, dos religiosos, dos leigos, e atuar em conjunto com órgãos representativos (Conselho Pastoral e Conselho Presbiteral). Querem que haja tempo suficiente para se tratarem temas que



O sacerdote é hoje um angustiado. E os bispos sentiram a necessidade de que o relacionamento entre eles e os presbíteros seja expressão de fraternidade e co-responsabilidade.



fundamentem a unidade. Prometem respeito às pessoas no caso de transferências (consulta prévia), e esperam que, entre os presbíteros, reinem igualmente a lealdade, a fraternidade, a franqueza, o respeito às mentalidades diferentes.

Quanto às estruturas de participação e comunicação (entre presbíteros e bispos), muitas decisões são tomadas.

Os bispos se preocupam com a adequação da atual estrutura da paróquia territorial (rural e urbana) com vistas à pastoral orgânica e às necessidades da comunidade. Pedem estudos especializados. Optam, entretanto, pela conservação da paróquia territorial, na forma jurídica que existe hoje, com a condição de que, para a ação pastoral, se mobilizem todas as comunidades nela existentes através de lideranças atuantes, e se integre a própria paróquia, vitalmente, na zona pastoral e na diocese.

Além da paróquia territorial, preconizam os bispos a criação de serviços pastorais, especificamente destinados a certos ambientes (meio estudantil, meio operário, etc.) «numa perspectiva de unidade eclesial», bem como de centros de irradiação pastoral. Recomendam igualmente equipes volantes, integradas por sacerdo-

tes, religiosos e leigos, para servirem a determinados setores. Outra opção, da maior importância, é a que implica na dissolução do esquema *pároco-coadjutores*, a ser substituído pela instituição de equipes co-responsáveis. Uma vez mais são recomendadas as comunidades eclesiais de base (formação de líderes e animadores), como também as comunidades de vida e de trabalho dos próprios sacerdotes.

O conselho presbiteral seja constituído nas dioceses, após conscientização prévia do clero (principalmente dos elementos que devem integrá-los), a fim de que se obtenha efetiva representatividade e co-responsabilidade. Concordam os bispos em que devam desaparecer o cabido e outras formas pré-conciliares de representação no seio do presbitério. Contudo não são concordes ao definir a composição do conselho presbiteral e a maneira de designar os seus membros. Também não são unânimes quanto à natureza consultiva ou deliberativa dos conselhos presbiterais. O que importa é que os bispos acham que se deve, nesta maneira, prescindir do aspecto jurídico, em benefício da autêntica co-responsabilidade em todos os assuntos de interesse da diocese, ou que lhe sejam propostos pelo bispo ou qualquer de seus membros.

Por unanimidade são os bispos favoráveis à criação de conselhos presbiterais regionais. Sua composição será determinada pela comissão episcopal da região. Da mesma forma querem se constitua, junto à Conferência Nacional dos Bispos, o Conselho Nacional dos Presbíteros, ao qual atribuem voz mas não votos nas decisões da assembléia. Seus integrantes sejam designados pelos conselhos presbiterais regionais.

São também pela criação de conselhos pastorais paroquiais e diocesanos, precedida de adequada preparação das comunidades. Não sejam os seus membros nomeados pelos párocos, mas indicados pelas bases e representem forças vivas.

Para constituição dos conselhos pastorais diocesanos não se requer a constituição prévia dos conselhos paroquiais.

Reconhecem os bispos que é deficiente, sob muitos aspectos, a distribuição do pessoal de Igreja a serviço da comunidade. Não chegam, porém, a formular propostas concretas neste particular. Com relação aos religiosos avançam uma proposta, sobre a qual os superiores provinciais desejariam, talvez, dizer uma palavra: «a transferência dos religiosos ocupados em tarefas pastorais seja sempre precedida de consentimento do bispo e do presbítero».

Por fim, um elemento muito importante na vida do presbitério: a designação do bispo. Concordam em que a eleição ou transferência se faça segundo critérios de capacidade de liderança, de sensibilidade e experiência pastorais, e que haja um período de preparação do candidato. O próprio presbitério deveria apresentar nomes e a consulta se estender aos sacerdotes, religiosos e leigos da diocese a que vai servir o candidato, e aos da diocese de origem. Contudo acham os bispos que a decisão final deve caber à Santa Sé.

DEFINIÇÃO, ESTRUTURAS E ATUAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS

A X Assembléia ocupou-se também de problemas referentes à definição, à estruturação e à modalidade própria de atuação da Conferência dos Bispos, que é a coordenação ou planejamento pastoral em âmbito nacional. Quanto à definição e estruturação da conferência, a assembléia estudou o projeto de estatuto e o documento elaborado por comissão especial no qual se fazem propostas para o Sínodo Episcopal. A Assembléia não chegou a se pronunciar definitivamente sobre tais documentos. Ofereceu, porém, as linhas básicas para ulteriores decisões por parte da Comissão Central. Com relação à continuidade do planejamento pastoral a assembléia traçou diretrizes precisas.

PROJETO DE ESTATUTO

Os debates giraram em torno da caracterização dos organismos executivos permanentes. A extensão territorial do País, o elevado número de membros da *Conferência*, tornam difícil conciliar os requisitos de uma certa representatividade dos organismos executivos permanentes com os da eficácia operacional. A assembléia é por uma *Comissão Central* em que estejam representadas as regiões e os setores da pastoral, e preconiza a introdução de uma comissão executiva de coordenação pastoral composta de um pequeno número de bispos que se responsabilizem pelo acompanhamento e promoção das diversas linhas de ação do plano pastoral. Em lugar da estrutura vigente, que comporta 13 secretariados nacionais, instituir-se-ia o Conselho Nacional de Pastoral integrado de bispos, sacerdotes e leigos, competentes nos diversos setores da pastoral. Sob a direção da Comissão Episcopal de Pastoral e do secretário geral, o Conselho Nacional de Pastoral, empregando, na medida das necessidades, os serviços de grupos especializados de trabalho, exerceria as funções executivas permanentes de coordenação e assessoria em nível nacional. A Comissão Central deverá detalhar mais o projeto e deliberar sobre experiências a se fazerem.

PROPOSTAS AO SÍNODO EPISCOPAL

O documento analisa as causas da atual tensão entre funções do Primado e exercício da co-responsabilidade do Episcopado, através das Conferências Episcopais. Salienta a necessidade de se aplicar o princípio de subsidiariedade, de superar as limitações de uma modalidade do exercício da autoridade identificada com edição de normas e preceitos a serem cumpridos, sem que haja participação na procura dos objetivos e dos meios que a êles conduzem. Relembra o princípio da comunhão das Igrejas particulares e da sua contribuição para

o bem da Igreja universal. Pede a estruturação do Sínodo como órgão permanente de participação do Episcopado no governo da Igreja. Seus membros seriam eleitos por tempo limitado e constituiriam um Senado da Igreja, que viria a substituir o Sacro Colégio, inclusive para eleição do Papa. O documento lembra ainda que as modernas formas de organização e as facilidades de comunicação devem proporcionar maior integração do Episcopado no governo da Igreja universal. Muitas sugestões concretas são feitas e são comentadas passagens do documento-base do Sínodo. Há também observações ao documento no qual são definidas as atribuições dos Núncios Apostólicos. Pede o documento da comissão especial da CNBB que haja maior integração das funções da Conferência com as do Núncio, no que diz respeito à comunicação das Igrejas locais com o Sumo Pontífice, de modo que sirva esta comunicação à efetiva circulação de bens e ao exercício da co-responsabilidade dos bispos com relação à Igreja universal. Mas particularmente se fazem sugestões sobre o papel das Conferências no que se relaciona à informação ao Sumo Pontífice sobre a situação da Igreja no país, à nomeação dos bispos e criação de circunscrições eclesiais, a respeito de intervenções do Núncio junto aos Superiores maiores religiosos e sobre as relações Igreja-Estado.

PLANO DE PASTORAL

■ Quanto à continuidade a se dar ao *planejamento pastoral* em âmbito nacional votou a assembleia algumas diretrizes muito importantes. São orientações aos organismos executivos que, desde já, deverão tomar as providências que se fazem necessárias. A primeira destas é a avaliação da aplicação do planejamento à pastoral como se vem fazendo desde a promulgação do Plano de Pastoral de Conjunto, em 1965. Esta avaliação deverá fazer-se com a participação efetiva dos secretariados regionais e das dioceses. Com isto, será possível recolherem-se os dados que orientarão o prosseguimento da implantação do processo de planejamento, o aprimoramento do quadro de referências (o esquema das seis linhas de ação e do objetivo geral), a continuidade e aproveitamento dos resultados dos programas nacionais.

Mais detalhadamente, quanto ao *processo de planejamento* dizem os bispos que importa melhorar os instrumentos de comunicação (necessária à participação) e o nível de sinceridade e essencialidade da revisão. Em função disto haverá a busca de estruturas, que possibilitem a «tomada de consciência de Igreja» principalmente por parte dos leigos. Os bispos desejam que prossigam e se ampliem os esforços para ajudar os secretariados regio-

A X Assembléia também preparou o Sínodo Episcopal: a comunhão das Igrejas particulares e o bem da Igreja universal exigem o trabalho comum; é preciso superar um certo exercício de autoridade identificado com a simples edição de normas e preceitos.

nais a promoverem o aprendizado do processo de planejamento e se institua reflexão sobre as implicações teológicas da adoção do planejamento na pastoral.

■ Um segundo aspecto muito importante, implicado no Plano de Pastoral de Conjunto, é o *quadro de referências* constituído pela definição do objetivo geral e dos seis objetivos específicos. São desta maneira expressas em forma operacional as diretrizes conciliares de renovação e atuação missionária da Igreja. O PPC proporcionou às dioceses e a todos os grupos e instituições um esquema útil para estruturação de diretrizes e coordenação da ação. Era como o convite a todos para que participassem na tradução, em termos mais concretos e adaptados à realidade brasileira (regional ou diocesana), dos próprios objetivos da missão da Igreja. Isto constitui um processo de tomada de consciência do *para quê* da Igreja, do *como* de sua ação na situação concreta, de definição de metas comuns. O relacionamento, que o esquema apresenta dos objetivos específicos entre si e com o objetivo geral da missão da Igreja, é roteiro

quisa sócio-religiosa; 3) da reflexão teológico-pastoral do PPC em execução; 4) dos trabalhos válidos dos teólogos e peritos.

PLANOS DE ATIVIDADES

eficaz para se evitarem os desvios tão frequentes em todo movimento de renovação: de um espiritualismo que exclua a visibilidade da Igreja, de uma sacramentação que dispense a educação da fé, de uma inserção no mundo e participação na luta pelo desenvolvimento que ignore a dimensão integralizante da fé e a relação religiosa a Deus, em Cristo.

Os bispos decidiram que se deve promover a revisão e aperfeiçoamento da codificação de objetivos do PPC, de modo que melhor sirva à elaboração de diretrizes e à coordenação pastoral. Quanto à própria elaboração destas diretrizes optaram por prosseguir-la por todos os meios. As assembleias gerais da CNBB as iriam assumindo e promulgando sucessivamente, sem prazo de vigência definido, para os diversos setores da ação pastoral. Desta forma não há por que falar de um *segundo* ou *novo* plano de pastoral de conjunto. Haverá efetiva *continuidade* do trabalho iniciado.

As diretrizes que forem sendo promulgadas pelas assembleias devem constituir-se em tradução, para a realidade nacional, das grandes opções pastorais da Igreja universal (sobretudo as manifestações no Concílio Vaticano II) e da Igreja na América Latina (Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino-Americano).

O fato de a CNBB não elaborar simultaneamente (para serem promulgadas tôdas de uma só vez) as diretrizes para os diversos setores pastorais não significa que cada setor não deva ser tratado globalmente, isto é, sob todos os aspectos de seu relacionamento com os demais objetivos pastorais, e, sobretudo, como o objetivo geral. Esta *globalidade* das diretrizes é uma exigência da organicidade da ação pastoral. Exemplificando: se o tema *laicato* fôr tratado na próxima assembleia, o deverá ser nas suas relações com a unidade visível da Igreja.

Na elaboração destas diretrizes a partir do magistério universal e das conclusões de Medellín a Conferência deve-se valer: 1) dos resultados da reflexão realizada nas dioceses ou nas regiões pelos diversos membros do Povo de Deus (terá em especial conta a reflexão apresentada pelos presbíteros à X Assembleia); 2) dos frutos dos programas de pes-

Por fim, a assembleia, no que se refere aos planos de atividades dos organismos nacionais da CNBB, decidiu promover estudos para a aplicação mais rigorosa do princípio da subsidiariedade. Cabe aos organismos nacionais proporcionar ajuda às regiões e dioceses, na medida das necessidades destas. A ajuda às dioceses é normalmente prestada através dos serviços dos secretariados regionais, salva a liberdade de cada diocese de solicitá-la e aceitá-la. É atribuição própria dos organismos nacionais a coordenação pastoral e a assessoria em âmbito nacional. Esta coordenação e assessoria, no que se refere principalmente à elaboração de diretrizes, exige atividades subsidiárias dos próprios organismos nacionais, nos campos da pesquisa sócio-religiosa, da reflexão teológico-pastoral e da formação do pessoal qualificado. De acordo com os dados da avaliação a fazer-se, procurar-se-á melhor forma de salvaguardar, de um lado, a aplicação do princípio de subsidiariedade e, de outro, a obtenção efetiva dos subsídios necessários. A CNBB não pode ficar alheia aos trabalhos elaborados nos diversos setores. Quanto aos organismos vinculados à CNBB (CERIS, para a pesquisa sócio-religiosa, e Instituto de Pastoral, para reflexão e formação) dever-se-á definir melhor o relacionamento destas instituições com a CNBB e a maneira de conduzir os programas. No que se refere aos programas em execução, impõe-se levá-los a termo e aproveitar devidamente os resultados. As atividades propriamente ditas de coordenação e assessoria dos organismos nacionais da Conferência deverão ser programadas de forma mais flexível e orgânica. Estes planos não constituirão um novo Plano de Pastoral de Conjunto, mas serão considerados como destinados ao uso interno dos próprios organismos da CNBB.

A X Assembleia da CNBB realizou, com referência aos temas em pauta, um apreciável esforço de reflexão. O teor das decisões dá a medida da seriedade e da responsabilidade com que os bispos se confrontaram com os problemas colocados pela estrutura hierárquica de que são os principais responsáveis.

ondulações de idéias e ideais



**PARA
REFLEXÃO**

Padre Carlos Van Den Bergen

Despertados há pouco tempo para o dinamismo presente em tôdas as realidades humanas, não é de admirar encontrarmos em todo acontecimento de maior profundidade uma curiosa mistura de avanço e freio, de descobrimento e de continuação, de reflexão parada e de projeto para o futuro. Na realidade sempre deve ter sido assim. Parece, no entanto, que a aceleração da vida e o aumento de informação instantânea aguçaram nossa visão neste ponto. Cresceu nossa sensibilidade no sentido de maior capacidade para acompanhar as ondulações e os impulsos das forças evolutivas. Cresceu, em muitos, a impaciência; e diminuiu, às vezes, o senso do real, de modo que negam a necessidade da *onda carregadora* que possibilita a implantação da mensagem. E' bem verdade que uma defasagem, nestas circunstâncias, pode ter influências mais nefastas do que seria o caso num movimento lento ou moderado. Uma freada violenta pode ser pior que uma manobra hábil no volante. Mas quem ditará, especialmente nas coisas vivas e humanas, as medidas exa-

tas e os pesos precisos? Quem então reclamaria direitos autorais sôbre limites e parâmetros quando, além disso, entram em jôgo forças sôbre-humanas?

A X Assembléia Geral dos Bispos, apreciada com visão ampla e geral, antes de mais nada se mostra com o aspecto do nôvo e inédito. Parece importante notar êste fator. Mesmo quem esperava muito mais ou um andamento acelerado, precisa reconhecer claramente o passo dado. Nunca antes, entre nós, a focalização dos assuntos e interêsses, numa reunião de bispos, foi determinada por influência tão extensa e intensa das bases da hierarquia. Tudo indica que aqui assistimos a um daqueles acontecimentos que sempre se tornam irreversíveis. Mesmo quem não estiver de acôrdo com a descrição teórica dos níveis de corresponsabilidade como foi feita pelo Cardeal Suenens, há de convir que ao menos uma parte dela estêve ali em ação inicial. Mesmo que não tivesse havido resultado algum, o simples fato de ter sido um ensaio teria bastado.

Talvez seja possível notar, especialmente nas votações sôbre assuntos ligados aos conselhos presbiterais e ao celibato, que as divergências aumentam na medida em que as propostas se aproximam do terreno executivo ou começam a girar em volta da *maneira como*. Há relativa harmonia de idéias e ideais, de anseios e temores, até de interpretação dos sinais dos tempos. Tem-se a impressão de que a diferença mesma de pensamentos entre os próprios presbíteros e entre os bispos já não se encontra tão radicalizada; realidade, aliás, agradável para quem espera uma crescente identificação das idéias *Igreja e Povo de Deus*, e considera progresso quando a hierarquia cada vez mais corresponde à imagem de unificadora. Não é de admirar, portanto, que os limites da oscilação entre renovação e continuação facilmente se manifestam num âmbito entre ideal, modo e tempo de realização.

Verificamos a quase unanimidade quando se trata da necessidade de constituir conselhos presbiterais diocesanos e regionais. Sentimos, porém, o aumento da inse-

gurança e a divisão de opiniões na hora em que está em pauta dar voz ativa a este Conselho e fazê-lo funcionar plenamente com voto deliberativo. O acôrdo sobre a constituição do conselho regional é fácil e geral. Muito mais precário se torna no momento em que é preciso decidir até que ponto fará parte da Reunião Regional dos Bispos. E' muito interessante notar como cresce a harmonia de vozes a favor da possibilidade de reuniões reservadas aos bispos. Do mesmo modo, o Conselho Nacional dos Presbíteros é aceito amplamente em tese, e mesmo sua participação na Assembléia Geral dos Bispos não é muito discutida. Entretanto, sua presença adulta, com voto, encontrou mais de 100 adversários.

Realmente as votações revelam uma linha de pensamento que indica um passo dado. A unanimidade em tôrno de determinadas exigências, — relações menos jurídicas e mais fraternas, mais consultas e menos formalidades, completa franqueza nos debates, — simplesmente exterioriza a von-

Nessas ondulações de idéias e ideais parece haver humildade.

Nessa humildade parece esboçar-se uma abertura para a solução.

tade de infundir na convivência dos chamados *níveis* um espírito de autêntica união do qual os homens de hoje sentem uma grande necessidade. Quem tiver um pouco de experiência na observação do modo como as idéias penetram e se realizam na prática, não estranhará muito que, apesar do que foi dito, a proposta de acabar com a figura *vigário-cooperador* só encontrou um pouco mais de 100 patrocinadores e a tese da possibilidade de o presbitério apresentar nomes para a eleição do bispo contou com um número de votos *contra* superior a 70.

E' verdade que as votações sobre o celibato se dividiram um pouco mais e os extremos talvez se tenham afastado mais. E' verdade que o parecer unânime só se concentra nas idéias sobre o valor e a promoção do celibato. Entretanto, convém observar os seguintes pontos: o número dos bispos que pedem «uma atitude de compreensão cristã para sacerdotes que deixam o ministério» excede os 200; os pedidos de descentralização e de maior rapidez nos processos de laicização alcançaram número acima de 150; quase 120 bispos aceitaram o aproveitamento de ex-padres casados em funções não sacramentais; igualmente convém lembrar que foi aceita a proposta de comunicar ao Santo Padre a opinião dos Presbíteros do Brasil sobre a matéria. Quanto a um celibato opcional para seminaristas e padres atualmente no ministério, deve dizer-se que, embora a votação a favor circule por volta do número 30, este facto não é de todo sem significação. Com efeito, o problema saiu do terreno da pura opinião de algumas pessoas isoladas e entrou na fase em que está começando a ser encarado com in-

sistência maior e com raízes verdadeiras na realidade.

E' curioso notar que entre outros assuntos votados (só citamos alguns) um teve menos torcedores ainda que a própria proposta sobre o desligamento do celibato do ministério sacerdotal. Trata-se da profissionalização dos sacerdotes. Apenas 24 consideraram a situação do padre que exerce outra profissão como normal para resolver o problema econômico do clero e sua inserção pastoral. Não deixa de ser um pouco estranho este número quando se pensa na aceitação relativamente calma de possíveis diversificações no tipo de sacerdócio. Tratando-se da formação do presbítero, foi pedida uma atenção especial nesta linha da diversificação. Tal diversificação foi citada como necessidade pastoral, como exigência da própria vocação e do ambiente social. São muitos os que reconhecem a necessidade de se criarem serviços pastorais para determinados meios. E' claro que há uma série de problemas que podem condicionar o número dos que aderem a esta tese. Contudo, numa rápida visão global das votações da assembléia, este ponto deve ser assinalado.

Há um bom número de elementos no relatório das votações que nos proporciona uma visão interessante de como ondulam idéias e ideais por baixo da superfície. Às vêzes, lembramos do fluxo e refluxo do sangue no sistema circulatório. Sabemos que existe sangue arterial e sangue venoso, mas sabemos também que o total, coração direito e coração esquerdo, juntos, perfazem o movimento que denominamos de batida cardíaca e que para nós é um sinal básico de vida.



FORUM DE DEBATES

bispos novos numa igreja nova

HUMILDADE DE UMA ASSEMBLÉIA

O comunicado à imprensa, no encerramento da X Assembléia Geral da CNBB, fugiu ao estilo-plataforma ou carta de princípios, para adotar o objetivo, discreto e neutro, de uma pequena ata ou crônica dos trabalhos. Afeita ao estilo de comunicados anteriores, mesmo de reuniões da Comissão Central, a opinião pública talvez se tinha congregado como os homens da Judéia e da Dispersão na expectativa do discurso de Pedro. Pelo menos é o que reflete o artigo de um conhecido jornalista e comentarista internacional, nos dias imediatos

após a assembléia. Através do nôvo estilo, parecia-lhe terem falado os bispos, mas falado sua perplexidade, falado a impossibilidade de chegar a uma definição comum.

E' bom que êsse juízo seja auscultado e meditado. E' êle um eco, provindo do mundo dos «fiéis e homens em geral», com que os bispos quiseram comunicar-se. Na dinâmica da comunicação, ninguém pode agarrar-se sòmente aos fatos, eximindo-se das interpretações, da repercussão. Quanto aos fatos, louve-se a sagacidade como a honestidade do jornalista, que soube ler no comunicado o que havia já o Secretário Geral, em seu relatório, declarado: «O panorama conseqüente do relacionamento bispos entre si, bispos e presbíteros, hierarquia e laicato, é claramente marcado pela insatisfação e inquietação: a unidade interna não é um fato».

Se às vêzes se omite a hierarquia, quando silencia, não se poderá acusá-la, agora, de omissão porque falou-nos seu silêncio, falou-nos sua perplexidade e insatisfação. O anti-evangelho teria sido ocultá-lo, quer na mudez, quer sob declarações que fôssem simples volta a princípios numa hora em que sobretudo se clama por opções e decisões. Não tendo a hierarquia se recusado à confissão, é preciso reconhecê-la guiada pelo Evangelho. Quanto mais clara se tornar uma tal confissão, mais a aceitará a opinião pública. Verá aí a aceitação da solidariedade com o gênero humano e sua história, com «as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de nosso tempo» (cf. *Gaudium et Spes*, 1). Esperar que os horizontes clareiem não chega a disfarçar um intento de oportunismo, de chegar na hora justa da vitória, sem ter participado de tôdas as penas do combate. Pois as esperanças, tristezas e angústias só chegam a uma expressão clara e reflexa na iminência de seu objetivo, desfecho ou solução. E' preciso comungar com elas desde seu início, quando se manifestam ainda surdamente, ou

O esperar cristão não é um simples aguardar, tanto quanto o vigiar não é um simples observar. A esperança da Igreja peregrina é feita de antecipação. E' preciso comungar com as angústias e esperanças dos homens desde o início. Esperar é «dar o primeiro passo».

quando sob forma de simples rumor ou mal-estar.

Parece-nos ver, nessa humilde confissão da hierarquia, ao contrário de uma frustração insuperável, uma abertura para a saída, a solução. É uma hierarquia que precisa ser ajudada. É que cria condições de ser ajudada, quando se confessa na situação de busca, em que comunga com o Povo de Deus e toda a humanidade. Nada nos poderia fazer desejável o contrário: a autocomplacência de uma Igreja que pensasse ter sempre a solução definitiva para todos os problemas, a última palavra para todas as questões. Faz pouco, no primeiro número de um tablóide, um jornalista, que costuma conduzir o leitor pelo humorismo à reflexão, falava da recentíssima tolerância da Igreja para com todas as posições e afirmações — contanto que fôsse ela a primeira a tomá-las e a fazê-las. Essa tolerância era, evidentemente, um eufemismo.

UMA IGREJA EM ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Uma das vozes autorizadas na X Assembléia afirmava ser o futuro do País uma incógnita e estar a Igreja sofrendo desta insegurança. Isto é também vocação divina à vigilância, virtude bem característica da Igreja peregrina (cf. *Lumen Gentium*, 48d), atenção Àquele que chama, a seus toques e sinais (Lc 12,35-40). Suas manifestações, sabemos, só são plenamente acessíveis à fé, aos olhos que vêem, aos ouvidos que ouvem (Lc 10,23-24). São acessíveis àqueles que guardam intacta a disposição à decisão, à opção: na base, haverá uma tensão existencial que, assumida teologicamente, é a própria virtude da esperança cristã.

Naturalmente, tudo isso é bem diverso de um compasso de espera. O esperar cristão não é um simples aguardar, tanto quanto o vigiar não é um simples observar. A esperança da Igreja peregrina é feita de antecipação. Na

imagem típica da carta aos hebreus, ela nos dá penetrar, traspassar a espessura dos sinais que vedam a posse da verdade total (6,19). Esperar, dizia-nos o saudoso Karl Barth, é «dar o primeiro passo».

Uma Igreja que espera é, assim, uma Igreja que se sente constantemente convocada e que age em consequência.

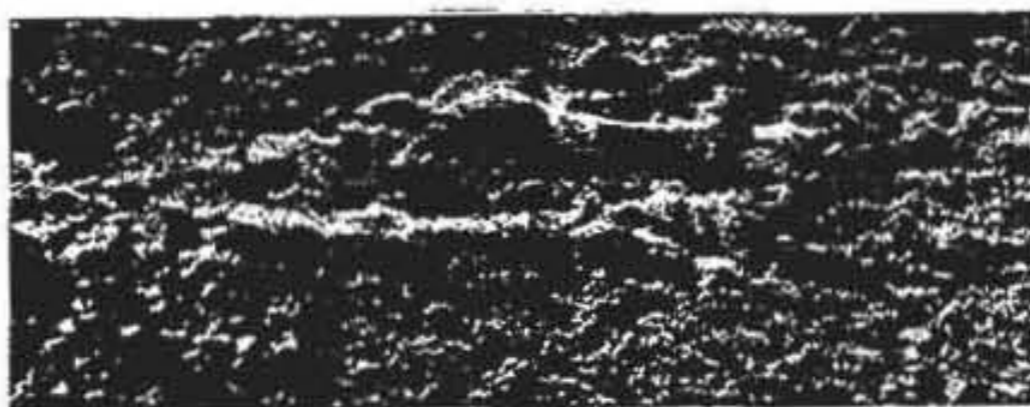
Será a CNBB reestruturada um instrumento bastante e capaz dessa convocação constante? Numa das assembléias anteriores, no comunicado final, nossos bispos conclamavam todas as forças vivas da Nação. Ter-se-á desincumbido a hierarquia do Brasil de seu dever com um documento periódico, uma exortação cíclica? Tais perguntas nos vêm ao espírito, ao lermos, entre os temas da X Assembléia, a elaboração de novos estatutos, «que venham dotar a CNBB de um instrumento legal hábil para suas finalidades pastorais». A pouca eficácia das convocações será corrigida apenas por uma instituição, a CNBB e seu instrumento, os estatutos? Poderá, por exemplo, a Conferência ser capaz, como órgão conjunto de nossa hierarquia, do que se propõe a linha 1 do Plano Pastoral: «Levar o Povo de Deus a uma participação e realização mais plena da unidade visível, na comunidade eclesial católica»?

Não nos parece. A convocação pela Hierarquia do Povo de Deus deveria ser sinal e instrumento da constante «autoconvocação» deste, confirmando-a e legitimando-a. A clamação dos bispos pressupõe uma convocação básica e interior, obra da graça divina, provinda radicalmente da condição de fiel de Cristo.

A convocação dos bispos deve evidenciar, fazer vir à tona essa convocação interior. Ela é de ordem sacramental e ministerial, isto é, da ordem dos sinais e da diaconia. Na ordem dos sinais requer um mínimo de densidade humana, um mínimo de comunicação atual e atualizada. Uma convocação verbal tem que ser prolongada através de gestos. Sobretudo

estruturas humanas e técnicas. Diante das que concernem ao futuro — a paz, o subdesenvolvimento — é necessário estes capazes de serem em plano mundial. estruturas sociais estão em plena mutação. estruturas tradicionais são ou estão ameaçadas. se acha perdido no mundo demais. Para a fé e dar testemunho e a Igreja procura com a comunidade em comunhão um sentido para o qual sejam um sinal para as comunidades. E criam de maneira vezes reúnem comunit

estruturas humanas e técnicas. Diante das que concernem ao futuro — a paz, o subdesenvolvimento — é necessário estes capazes de serem em plano mundial. estruturas sociais estão em plena mutação. estruturas tradicionais são ou estão ameaçadas. se acha perdido no mundo demais. Para a fé e dar testemunho e a Igreja procura com a comunidade em comunhão um sentido para o qual sejam um sinal para as comunidades. E criam de maneira vezes reúnem comunit



se é constante, requer instituições, estruturas. Na ordem dos serviços, essa convocação não pode ser equiparada a uma ordem de comando. Subordinada ao bem do Povo de Deus, tem que ser concebida no contexto amplo da comunhão eclesial e não nos velhos *clichés* teológicos de uma Igreja-que-fala para uma Igreja-que-ouve.

Quando o Apóstolo nos fala da concórdia e da coesão do Corpo de Cristo, assegurada «por toda sorte de juntas que o alimentam e ativam conforme o papel de cada parte» — *iunctura subministrations* — (Ef 4,16), é evidente, no contexto, que ele não se refere apenas ao múnus episcopal, mas antes à diversidade de serviços na Igreja, à imensa variedade de carismas. Se coubesse aí falar de *postos-chaves*, seria de sua multiplicidade, pluriformidade e mútua complementação que o Apóstolo queria falar (cf. v. 11).

Uma convocação, portanto, de todo o Povo de Deus, supõe, da parte da Hierarquia, um reconhecimento e justa avaliação de todos os mistérios e carismas. Seu instrumento, então, seria a Conferência Episcopal, mas na medida em que se abrisse para uma instituição mais ampla, digamos um concílio pastoral, onde a co-responsabilidade fôsse realizada na participação, onde fôsse garantida pela presença ativa. Presença de bispos, religiosos, leigos, unidos todos na condição comum de Povo de Deus.

As constatações da X Assembléia parecem fazer urgir uma tal solução. O relatório do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos sublinhou o paradoxo de uma Hierarquia que se adiantava em organização, em entrosamento, «em função de uma conspiração pastoral mais perfeita», quando o laicato se encontra em processo acelerado de desagregação, «sem meios de representatividade e expressão». E apontava as causas deste fenómeno: clericalismo crônico, desconhecimento real da autonomia dos leigos, ausência de instrumentos de relacionamento e diálogo. A aná-

A idéia neotestamentária de diaconia implica uma grandeza de ordem nova, distinta da dignidade. Diaconia é serviço. E o serviço de Jesus aos homens é a categoria para a qual converge a diversidade de serviços na Igreja. O serviço de Jesus é o incondicional do ser-para-os-outros, do amor «até o fim».

lise dos vários documentos regionais dos presbíteros, tarefa quase exclusiva de outro Secretariado, o do Ministério Hierárquico, no exercício que findou, fez aparecer convergências quase unânimes, na «rejeição a tudo que... nas estruturas institucionais concerne um autoritarismo massificante ou um clericalismo discriminatório» e na aspiração a participar «de modo efetivo, em todos os níveis, naqueles processos de reflexão e decisão que conduzem e edificam a Igreja». Se, como relatava o subsecretário nacional, os documentos exprimem o que pensa e sente «a maioria do clero que participa ativamente da pastoral de conjunto», desconsiderá-los, não lhes dar a seqüência mais lógica e decidida, equivalerá a dar uma palavra de ordem para a desmobilização de todo esse clero, como cooperador necessário da ordem episcopal. Nem se pode levantar uma moção contra sua representatividade sem, ao mesmo tempo, levantá-la contra seu interesse. Mais ainda, contra a própria convocação da X Assembléia, a que respondeu. As características dos futuros presbíteros, apresentadas nos traços dos seminaristas atuais pelo Secretariado Nacional de Seminários, mostram que só uma participação efetiva e ampla no planejamento e decisões pastorais poderá satisfazê-los e atraí-los. Se se recusam, hoje, a serem simplesmente *mantidos* por uma diocese, se recusarão também amanhã a permanecer simplesmente *às ordens* de uma instituição eclesiástica; se buscam um relacionamento pessoal intenso, será difícil que venham a se adaptar — como começa já a se verificar — a estruturas outras que não sejam as de comunicação; e se procuram compartilhar as angústias do povo, permanecendo, entretanto, alheios às decisões e orientações, poderá facilmente institucionalizar-se uma contradição, sob a forma de uma força organizada.

Êsses relatórios, itens tão capitais na agenda da X Assembléia, parecem prestar à Igreja do Brasil ajuda de que tanto precisa. Parecem ser sinais dos caminhos do futuro, parecem sugerir à Conferência a solução acima apontada.

Numa das votações da X Assembléia, aprovaram os bispos que se promovesse uma reflexão sobre as implicações teológicas do processo pastoral conjunto. Parece-nos que ele implica uma volta às fontes da co-responsabilidade na Igreja, que não deve ser confundida com o relacionamento atualmente vigente, que deriva de uma determinada organização disciplinar de um direito.

MISSÃO E REPRESENTAÇÃO

Os bispos não são, certamente, delegados ou mandatários do Povo de Deus. É isto tão estranho à figura do Pastor no Novo Testamento, ou do bispo, nas comunidades cristãs primitivas, quanto o considerá-los senhores ou príncipes. Mas nem por isso deixariam de representar o Povo de Deus. Num Concílio Ecumênico, concílio de todas as Igrejas na face da terra, cada Igreja particular se faz presente *in-personada* por seu bispo. Uma porção do Povo de Deus, ligada à totalidade da Igreja, encontra, no bispo, seu sinal, sua manifestação.

Infelizmente, a interferência do Direito empobreceu a noção personalista de representação, quando a reduziu a um mandato, ou delegação. Assim como, infelizmente também, empobreceu a eclesiologia, enxertando-a, cada vez mais, de uma «teologia dos poderes». Mas isso nos ajuda a compreender por que são precisamente os mais afeitos a uma tal eclesiologia, os que também mais temem que se venha ver, no bispo, um mandatado da comunidade: isto está totalmente fora das estruturas mentais dos que se habituaram à eclesiologia bíblica ou patrística.

Mas o Vaticano II nos deu a categoria básica de compreensão do *múnus* episcopal, o serviço, serviço permanente e necessário, serviço institucionalizado. Serviço que não é uma qualidade a acompanhar uma função, mas a própria função em si mesma. A fonte e origem de um serviço eclesial é um chamado interior do Espírito, uma vocação divina, não podendo, assim, ser comparado a uma delegação. Mas essa vocação tem uma comunidade como seu ponto necessário de referência, fazendo-se de dentro dela (e não de fora ou de cima). Pressupõe, logicamente, uma comunhão e profunda identificação com a comunidade, que leva a fazer-lhe o dom de si.

Fala-se da comunhão dos fiéis com o bispo. O *múnus* episcopal como serviço exige que se fale, agora, da comunhão do bispo com os fiéis.

O Novo Testamento evita, cuidadosamente, para designar os ministérios na Igreja, utili-

zar-se de palavras que impliquem um contexto de soberania, ou mesmo que a conotem apenas. Vários séculos decorreram até que se introduzisse, na Igreja, a noção de hierarquia. Ao invés, a idéia neotestamentária de diaconia, etimologicamente serviço à mesa (Lc 22, 27; 17,8; At 6,1), implica uma grandeza de ordem nova, distinta da dignidade (Mc 9,35; 10,42-45). O *serviço* de Jesus, repetido pela Liturgia cada Quinta-Feira Santa (cf. Jo 13, 4-17), é a categoria comum para a qual converge a diversidade de serviços na Igreja. Significa o incondicional do ser-para-os-outros, do amor «até o fim» (Ib. 1). Serviço é, portanto, comunhão. A mais absoluta, na razão direta da importância de cada serviço para a comunidade.

Mas uma Igreja visível é necessariamente uma Igreja com uma estrutura. O informe torna-se caótico e, por isso mesmo, menos visível, com menos possibilidade de ser discernido. A visibilidade daquela comunhão está na realidade dos serviços, a partir da grande realidade de serviço que foi o mistério da Encarnação. O bispo, sucessor dos Apóstolos, é a comunhão visível da múltipla diversidade de serviços na Igreja. O realismo da graça exige dele uma identificação real com sua Igreja, a Igreja particular e a Igreja universal que esta deve representar. «Deves saber — escrevia São Cipriano — que o bispo está na Igreja e a Igreja no bispo».

Com isso, estamos ligando a colegialidade à representação, como ligamos esta à identificação de amor com uma comunidade. A colegialidade não é uma *coisa* mas um modo personalizante que deve acompanhar a graça do episcopado. A representação também não é uma *coisa* — um instrumento jurídico, ou um anôsto físico — mas um modo de servir, com toda a pessoa. Assim como o ser fiel de Cristo não é uma *coisa* que acompanha o batismo, mas a vivência atual da fé batismal.

Por isso, afirmar realmente a colegialidade é criar seus instrumentos próprios. Afirmar a representação é criar estruturas de identificação e de comunhão. Mas não se pode confundir esta obra, de disciplina eclesiástica, com a realidade que ela própria só pretende encarnar e a cuja luz deverá ser julgada. É afirmar concretamente a diaconia exige passos além de tomar conhecimento, sondar, ou mesmo julgar — sobretudo soberanamente — os clamores do Povo de Deus.

Parece que o apêlo que decorre dos trabalhos da X Assembléia, um apêlo à comunhão, é também um apêlo à industriabilidade, à criatividade: «eis que faço novas todas as coisas» (Apoc 21,5).

Pe. Marçal V. dos Anjos, CM.

SION

Dentro de grande e irreversível movimento de renovação da Igreja, lugar de destaque e de grande responsabilidade cabe aos colégios religiosos. Por razões óbvias, são os educandários os principais agentes, positivos ou negativos, da nova mentalidade e das novas estruturas lançadas pelo Espírito que esteve presente no Vaticano II.

Naturalmente a renovação dos colégios é tarefa difícil, perigosa mesmo. As inovações suscitam dúvidas, críticas construtivas e necessárias, sobretudo exigem clareza de objetivos, trabalho conjugado, tempo suficiente, perseverança infatigável.

Exemplo de um processo de renovação pedagógica é o Colégio Sion do Rio de Janeiro, tradicional estabelecimento de ensino para moças católicas.

Em 1968, o Sion pôs em prática, em estreita colaboração com as famílias, todo um movimento de atualização pedagógica, fundado na visão «da realidade do mundo, da realidade das alunas e da realidade da Igreja» (carta da diretoria aos pais, 18 de novembro de 1968).

Circulares, contactos e encontros de reflexão, durante todo o ano, estabeleceram e mantiveram a imprescindível comunicação entre pais, professores e alunas.

Procurou-se dar a essas maior abertura para a realidade do mundo de hoje; torná-las participantes, e não raras espectadoras, de sua história; orientá-las na formação do próprio senso crítico de modo a poderem realizar opções sempre mais conscientes e livres.

Um curso de liderança marcou novo passo na educação para a liberdade. Demonstração

interessante do aproveitamento das mesmas foi, sem dúvida, a reunião com seus pais para comunicar-lhes os resultados do encontro que tinham tido em Cabo Frio. Mostraram-se então capazes de ver e julgar as próprias atitudes à luz do Evangelho. Conseguiram expressar seu pensamento em clima de liberdade e respeito. Em suma, dirigiram sozinhas a reunião, e a contento.

Tudo o que está sendo efetuado no Sion não é fruto de improvisações sucessivas, mas baseia-se em modernos e comprovados métodos pedagógicos, tais como a «dinâmica de grupo, o ensino não-diretivo, o método Montessori-Lubienska», todos eles visando à formação de pessoas conscientes, capazes de discernir a verdadeira liberdade da anarquia e conseqüentemente respeitadas para com aqueles que detêm maiores parcelas de responsabilidade (e, portanto, de autoridade).

A nova orientação, como é natural, gerou mudanças de ordem prática, principalmente no que diz respeito às exigências de participação de todos os interessados no processo educacional. Pôs-se fim a antigos hábitos como o de «entregar a educação da filha às freiras», ou avaliar o desenvolvimento da educação pelo número de prêmios no fim do ano.

Em se tratando de *religião*, a aula foi substituída por uma *pedagogia da fé*, o que terminou com imposições de *práticas* desnecessárias.

Como a participação ativa das famílias é fator indispensável para a reformulação dos métodos pedagógicos, o Colégio insistiu em que fôssem conhecidas suas diretrizes, o que não impediu que alguns levassem para os jornais suas dúvidas levantadas em reuniões.

A própria comunidade educativa do Sion definiu assim suas intenções, através da Irmã Luíza Helena, em reunião dos professores com os pais: «Somos uma comunidade empenhada numa obra comum. Comunidade que se esforça, deseja inserir-se cada vez mais no processo do desenvolvimento. Comunidade que deseja estar a serviço e formar para o serviço». Oxalá o exemplo do Sion não seja único!

A arte na educação tem por finalidade os mesmos objetivos da educação em geral, isto é, o desenvolvimento harmonioso da personalidade. Se pudermos, porém, apontar um objetivo específico será o desenvolvimento da criatividade do indivíduo. Num mundo angustiado e cada vez mais neurotizante pela padronização dos indivíduos, a criatividade poderá ser o meio pelo qual êle retomará seu equilíbrio, neutralizará as influências externas negativas (propagandas, slogans, ameaças de guerras etc.), e encontrará seu verdadeiro eu, podendo então expressá-lo livremente.



REPORTAGENS





REPORTAGENS

PRESENÇA E COMPROMISSO

Interrogado sobre o problema das vocações, Padre Virgílio Leite Uchôa, Subsecretário do Secretariado Nacional de Vocações, aponta-nos algumas questões que pedem uma reflexão mais profunda, a fim de não receberem respostas bonitas mas que não funcionam. Neste sentido ele descreve o seguinte quadro: «O menino entra para o seminário. O que ele deixa para trás é talvez o roçado, é a vida dura dos outros meninos de sua idade. Mas seus pais ficam felizes: o filho vai ganhar cultura. O vigário é, no interior, o chefe de todas as iniciativas. É o homem respeitado por todos. Para a família isto é importante. Para o menino o importante é que ele está feliz com a novidade. E para o povo do lugar, só o fato de o garoto ter sido *tirado* do meio dos outros já é um sinal de que ele tem vocação... e os outros não têm». Dentro desse quadro, ele pergunta: «Será que vocação é uma coisa assim tão simples? Não será necessário um maior desenvolvimento, e conseqüentemente maior lucidez, para uma inserção mais dinâmica na realidade?» E conclui: «Parece-me que sem esta lucidez e sem esta inserção, o sacerdócio será mais uma fuga que um entrada consciente na vida».

Com respeito ao processo de desenvolvimento, Padre Virgílio ressalta o estado de confu-

são que toma conta do jovem, quando este se vê obrigado a encarar o mundo mais de perto. Diz ele: «O jovem, com a liberdade que se foi criando nos seminários, cresceu realmente. Sob muitos aspectos amadureceu. Até descobriu com maior profundidade sua vocação cristã. Entretanto, muitos o previnem continuamente contra o perigo de perder a vocação. Alguns chegam mesmo a lhe aconselhar, com relação ao mundo, uma certa distância que denominam prudência. Ora, o jovem se pergunta: não existe aqui implícito o desejinho de privilégio? se o padre é o servidor dos homens que continuam no mundo, como pode ele conservar esta distância do mundo? se eu não sinto na minha pele a vida do povo, como posso servir ao povo?» Mas Padre Virgílio observa que exatamente este ponto — o conhecimento concreto dos homens — tem sérias implicações na vida espiritual, ou melhor, no relacionamento efetivo com Deus. E lembra, então, que não foi por acaso que o Papa e os Bispos, reunidos em concílio, colocaram o capítulo do povo de Deus antes de falar sobre a hierarquia de serviço. Ele lembra ainda o que afirmou Paulo VI com tanta ênfase no encerramento do mesmo concílio: «Para conhecer a Deus é preciso conhecer o homem». Ora, dentro desta exigência Padre Virgílio faz notar que «a intuição do jovem é de fato um apelo de Deus, e ir contra o jovem nesse ponto é o mesmo que destruir-lhe o que chamaríamos autenticamente sua vocação».

Em todo caso, o problema permanece. Pensando na vida, o jovem medita bastante no ensinamento bíblico: Deus é o criador e o homem é a imagem e semelhança de Deus; dêste Deus do qual êle recebeu a tarefa de dominar a terra. Se nesta base a vocação de todo homem é trabalhar pelo desenvolvimento integral de todos os homens, que poderá êle fazer concretamente como padre? O simples fato de abençoar o esforço humano será tudo? Não será necessário que êle efetivamente se integre no grande esforço humano? O jovem percebe então que o mundo é difícil e complexo, como difícil e complexa é sua inserção neste mundo. Mas pensando nisso, lhe vêm à mente as palavras de Cristo: «Na casa de meu Pai há muitas moradas». E, sem saber como, êle intui outra coisa: em meio à dificuldade e complexidade do mundo, o padre deverá ser como um pai, como um irmão. Deverá possuir uma visão ampla. Ser o conciliador, princípio e ponto de união. Deverá ser como o Deus que não se deixa bitolar, que não se deixa enganar pelas aparências, que fica do lado da prostituta quando os homens a querem matar... Entretanto, outras perguntas se levantam: como ser pai sem cair numa espécie de paternalismo estéril? como ser irmão sem uma certa condescendência vaga e vazia? E Padre Virgílio conclui mostrando que a resposta só pode ser uma: «Na linha do mistério da encarnação, o padre só será um bom padre se estiver presente entre os homens, comprometido com êles. E ainda ajudando-os a viver e superar a tensão que decorre dêste mistério: o reino de Deus está aqui neste mundo, mas também não é dêste mundo, pois êle ainda vem pela intervenção única e absoluta de Deus Salvador». O padre deverá ajudar os homens a viverem da fé até as últimas conseqüências.

Por fim, Padre Virgílio mesmo faz algumas perguntas: «Sem rejeitar radicalmente o que até aqui foi feito no plano da promoção e formação das vocações presbiterais, que pensar e fazer, neste sentido, num mundo pluralista, técnico e em transformação como o nosso? Que dizer dos novos sinais dos tempos, também indicativos da vontade de Deus? Como iniciar alguém nesta dupla fidelidade a Deus e aos homens, através de opção madura, sempre moldável a novas necessidades?»

O Senhor e a História

Mons. Dr. Roberto Mascarenhas Roxo

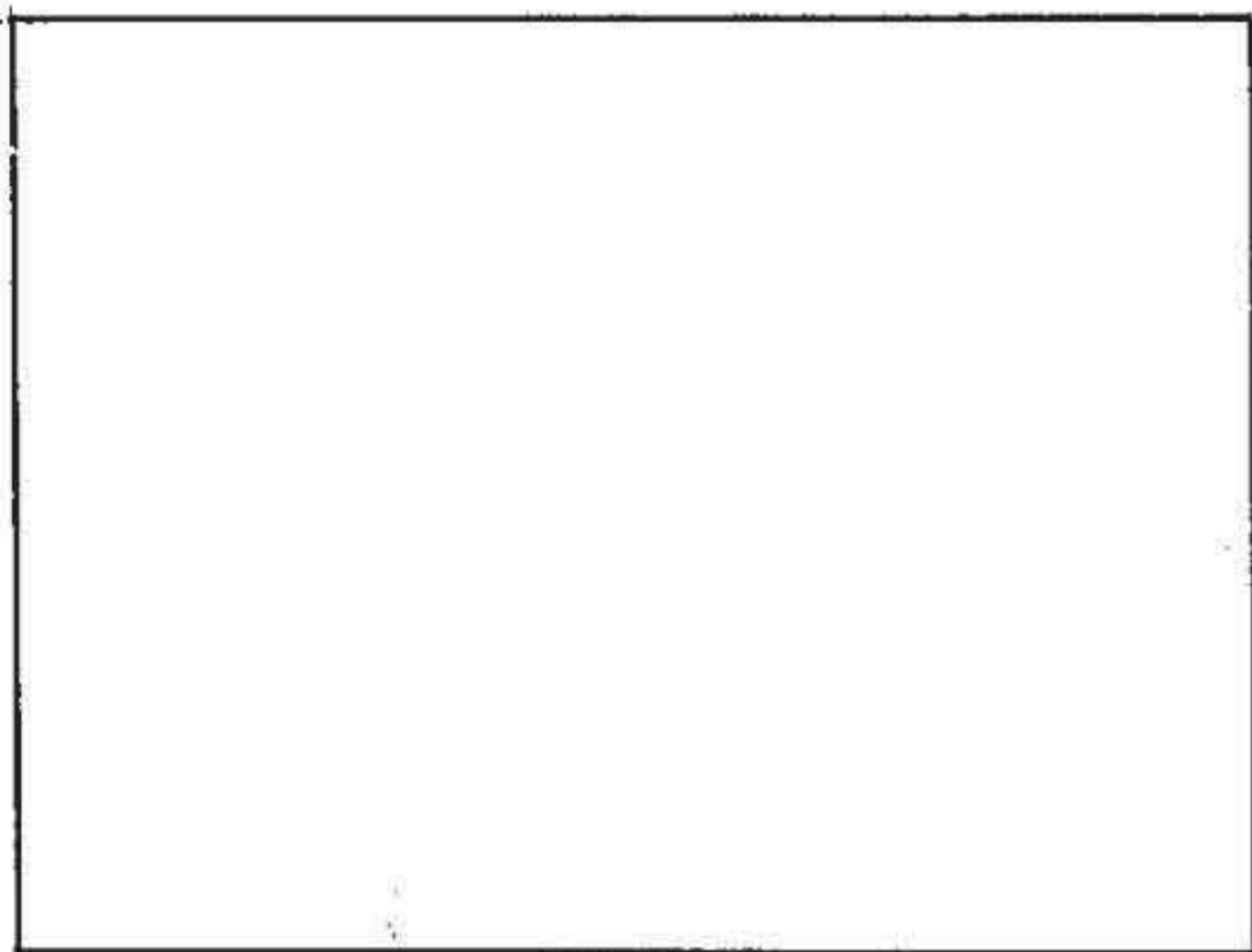
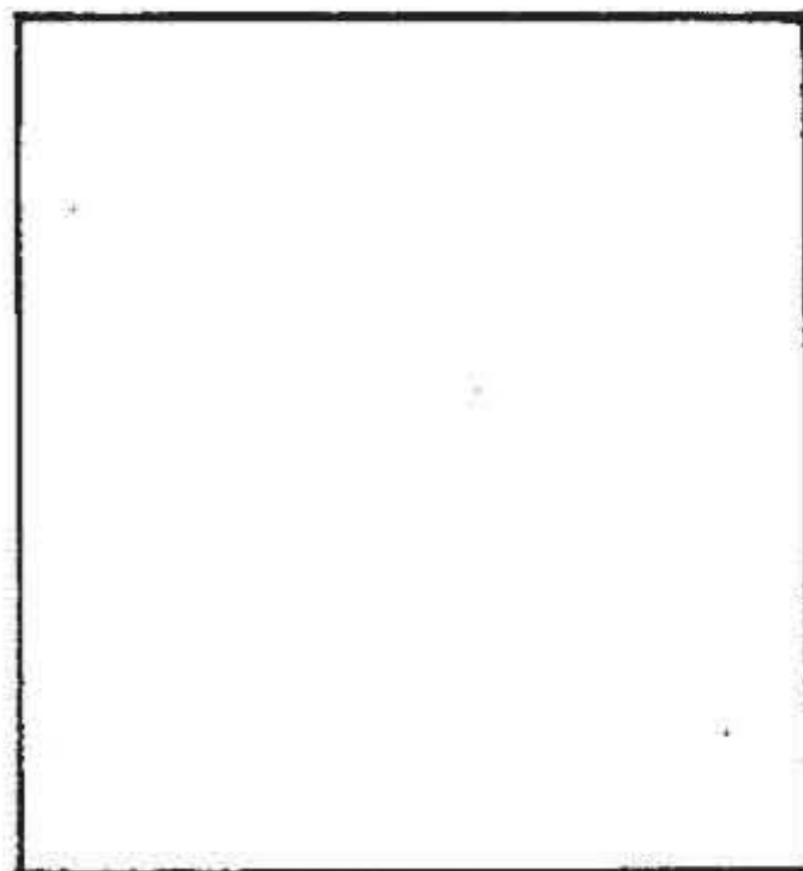
236 pp. — NCr\$ 12,00

Ensaio teológico sobre o mistério cristão inserido na história-desígnio. Uma contribuição de grande profundidade e atualidade sobre o sentido cristão da história. Uma teologia da história ainda está por ser elaborada. Neste livro temos um dos maiores teólogos brasileiros elaborando reflexões inovadoras e fundamentais com relação a tão palpitante tema. Um livro que não pode faltar a quem se interessa por uma elaboração teológica básica sobre os grandes temas da revelação em confronto com a vida e o pensamento do mundo de hoje.

Pedidos à
Editôra VOZES Limitada
Caixa Postal 23
Petrópolis - RJ



**ARTES
'
E TÉCNICAS**



VERGONHA

GUIDO LOGGER

Aqui está o filme mais claro de Ingmar Bergman: VERGONHA.

Bastante conhecida é sua declaração após receber em 1965 o prêmio Erasmo, na Holanda. Desligado de tudo, sem responsabilidade e sem acanhamento, êle via na arte a pele de uma cabra cheia de formigas. A cabra já estava morta, mas uma vida caótica e intensa dela se alimentava febrilmente. Desde essa época êle também vinha perguntando a si mesmo se ainda existia alguma razão para sua atividade artística.

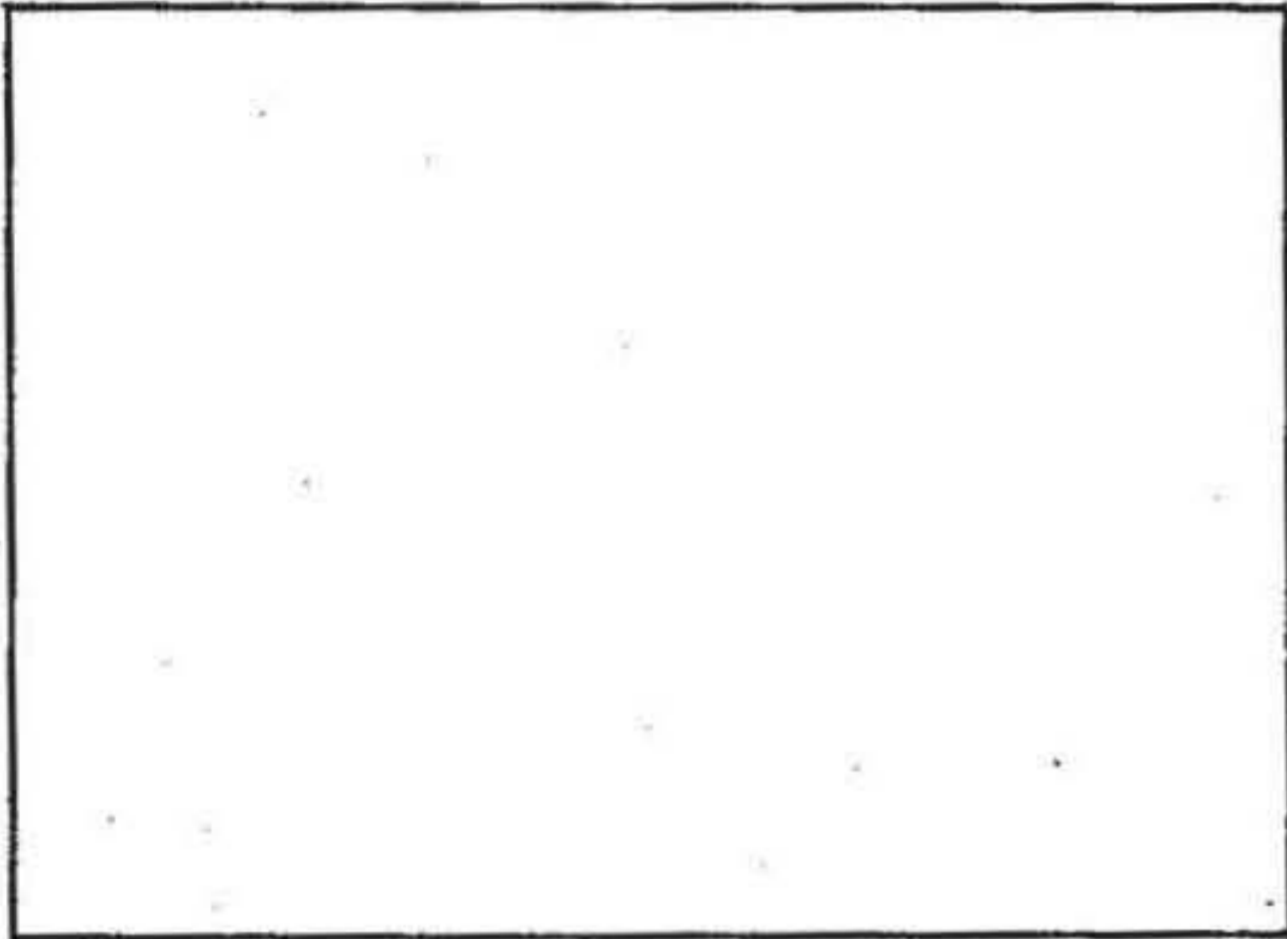
Ora, aqui está sua resposta definitiva e afirmativa: VERGONHA.

Costumo colocar sempre cada novo filme de Ingmar Bergman dentro do contexto histórico e evolutivo de sua obra. Se PERSONA foi para mim uma continuação lógica de O SILÊNCIO, se A HORA DO LÔBO, conforme as informações que tenho, se enquadra dentro

de uma espécie de «espiritismo artístico», seu 30º filme, VERGONHA, mostra como Ingmar Bergman toma distância de si mesmo e do próprio filme: não evoca *espíritos*, isto é, angústias, perguntas, preocupações pessoais; não reflete, como em tantos outros filmes, sua existência atormentada; apresenta, sim, uma situação humana bem reconhecível, de um modo bem exclusivo e muito conseqüente.

O tema do filme são as atitudes de um casal, vítima da guerra e de ideologias, obrigado a mostrar qualidades e defeitos fundamentais: espiritualidade cu *avacalhão*, coragem ou covardia, caridade ou egoísmo. Contudo Ingmar Bergman não distingue entre uma e outra coisa, exatamente porque dentro do homem há de tudo: podemos esperar muito do homem mas em nada o podemos endeusar.

O ambiente de VERGONHA faz lembrar TEMPO DE GUERRA (Les Carabiniers), de



Jean-Luc Godard, o melhor filme antiguerra que já vi na minha vida. Quando a guerra chega, os homens deixam cair suas máscaras. Isto sempre acontece nas guerras... e nas viagens. E nesse ponto o filme convence: é um acabado manifesto antiguerra.

A NARRATIVA

Em uma ilha qualquer irrompe a guerra.

Para esta ilha um casal de violinistas havia-se retirado, pois sua orquestra fôra dissolvida.

E ali, na ilha, está o casal. O homem fôra dispensado do serviço militar por ser cardíaco. O rádio e o telefone acham-se mudos. O homem nada sabe do que acontece a seu redor. Aliás, é isso mesmo que êle deseja. A mulher não aceita aquêle escapismo que inegavelmente tem algo de patológico. Mas quando a guerra se aproxima mesmo, o casal não a pode mais ignorar. Então, o que vemos é uma confusão progressiva quanto à identidade das pessoas: quem é o inimigo? Quem é dos nossos? E propositalmente Bergman esconde a

identidade dos patriotas e dos colaboracionistas. A confusão é uma só: a guerra! O prefeito da cidade, amigo do casal, é uma espécie de traidor (*quisling*): enquanto os patriotas o procuram, êle consegue salvar o casal das tropas que lhe obedecem. Aquêle que mais tarde será o comandante dos patriotas é o mesmo que promete levar fugitivos para fora da ilha por um elevado preço.

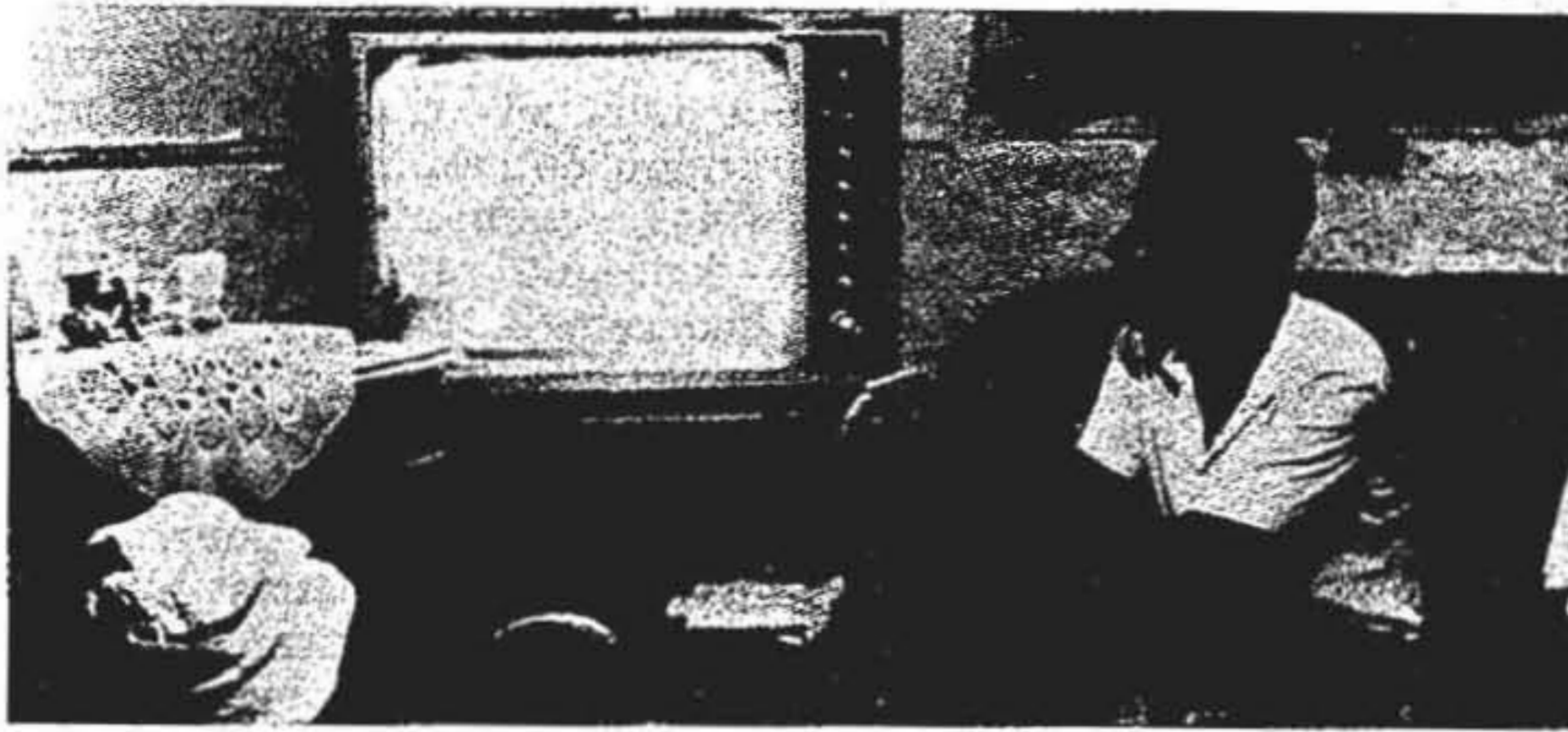
O filme é uma imaginação de guerra que acaba com as idéias estereotipadas sobre a guerra, amigos, inimigos, pátria, traição. Guerra é a suprema confusão que despeja misérias sobre o mundo todo, principalmente sobre os não-uniformizados.

VERGONHA, eu diria DESVERGONHADAMENTE, diz respeito em primeiro lugar aos civis. A guerra que lhes cai em cima acaba com seus princípios verdadeiros ou fictícios, acaba com a covardia secreta ou com a chamada coragem.

Quando a guerra entra em sua vida, o casal logo muda de feição. Tranquilidade e segurança é uma coisa apenas de fachada. É quase irreal. A guerra transtorna completamente o padrão de comportamento dos homens. O homem, particularmente, se põe a descoberto. Potencialmente é um covarde. Suas atitudes são, de início, ditadas pelo medo e, mais tarde, são estimuladas pela cobiça. A mulher que o ama começa a odiá-lo e o quer abandonar após a guerra. O prefeito amigo, homem solitário, sabendo que seus dias estão contados, consegue seduzir a mulher. Ela cede por compaixão e êle lhe entrega tôdas as economias que havia feito. Mais tarde, porém, quando pede de volta o dinheiro que compraria dos patriotas sua própria vida, êle já está perdido. O marido conseguira esconder o dinheiro, e os patriotas o obrigam a matar o prefeito, coisa que êle faz da maneira mais covarde, isto é, pelas costas. Dêsse modo a mulher não sabe o que é mais chocante: se a coragem repentina de esconder o dinheiro dos patriotas, se a raiva súbita e a vingança do rival.

Ingmar Bergman deixa a mulher participar plenamente da *avacalhção*. Ela fica do lado do marido mesmo quando êste mata o prefeito e mais outra pessoa de cujos sapatos está precisando. Com o dinheiro do prefeito o casal compra um lugar na embarcação que levará fugitivos para o continente. Mas o organizador os deixa para trás, e a embarcação parte avançando por entre cadáveres de soldados boiando nas águas.

Assim, ficam na ilha os dois seres humanos a sós com sua vergonha. Mostraram-se capazes de trair a tudo, a todos e a si mesmos. A chave desta problemática está nas palavras da mulher: «Sinto-me como se estivesse dentro do sonho de um outro. Que será de mim quando o outro acordar»?



TELEVISÃO: A HORA DA VERDADE

Em Itapiranga existe um aparelho de televisão. São dois mil habitantes.

O proprietário do televisor ligava-o vez por outra para ver o chuveiro que aparecia na tela. Um dia, em vez do chuveiro ele viu dois homens passeando na lua. Olhou atentamente e chamou os vizinhos. Vieram todos para ver o homem na lua.

O que foi possível uma vez graças à transmissão via satélite, será realidade para todo o Brasil dentro de poucos meses. Acostumado a receber a visita de um ou outro vizinho, o brasileiro do interior vai receber o mundo dentro de casa.

Enquanto a sociedade local continuar achando indecorosa a mulher que usa calça comprida, a televisão mostrará tranquilamente as ruas de Copacabana... Em pequenas cidades onde a separação amigável de um casal passou para a história como exemplo a não ser seguido, a TV vai despejar problemas. Cada capítulo de novela, por exemplo, é um novo drama: filhos sem pai, mulheres sem marido, morte do rival, espancamento de inocentes, traição de amigos.

Está começando uma nova revolução. A revolução dos conceitos do homem do campo. E em proporções menos assustadoras a revolução nos conceitos do homem das cidades grandes pelas imagens contraditórias de um mundo em ebulição.

Assim como as mulheres do Japão se perguntam por que os pés são indecentes, o povo do interior do Brasil vai perguntar por que o vigário proíbe isso ou aquilo. E depois vêm outras perguntas mais embaraçosas. Por que as famílias do interior sempre têm muitos filhos e as famí-

lias da cidade têm em média dois ou três filhos?

É a hora da verdade para todos. Especialmente para aqueles que, como a Igreja, têm uma verdade para comunicar. Quanto mais intenso o espírito de exclusivismo da comunidade e da instituição, mais violento será o choque. As instituições que sempre respeitaram o pluralismo, têm agora seu trabalho facilitado. De um momento para outro o espírito crítico — que nem sempre foi grande virtude dos cristãos — assume papel preponderante na vida da Igreja.

Talvez não seja difícil encontrar alternativas para a pseudo-moral que está em jogo. Mais difícil será para o povo simples entender a possibilidade de vida em outros planetas, quando sobre este ponto seus guias espirituais nunca lhe disseram mais do que meias-verdades.

Tomando apenas os problemas mais espetaculares, temos num dia de TV no Rio de Janeiro (concretamente o dia 18 de agosto, tomando ao acaso) uma relação interessante de fatos:

■ Católicos e Protestantes provocam matança nas ruas da Irlanda: o Papa diz que os católicos têm razão mas discorda da maneira como se defendem;

■ Parece que o governo não vai alterar as disposições legais sobre os casais que se separam;

■ Num capítulo de novela, o líder dos escravos, em vez de procurar saídas concretas, prefere simplesmente entregar o caso nas mãos de Deus;

■ Depois de viver ano e meio com coração de outro, Blaiberg morreu porque o organismo rejeitou o coração;

■ Os terroristas assaltaram mais um banco;

■ Parece provável que a atriz americana Sharon Tate foi mesmo morta por sadismo e porque participava de um grupo que tomava drogas;

■ Os chineses ameaçam explodir o mundo inteiro se os russos continuarem se aproximando do arsenal atômico deles.

Isto tudo dito pelo rádio ou lido no jornal provoca um tipo de reação. Mas quando visto em imagens dinâmicas — uma criança que perde a vista só porque não tem como defender-se dos mosquitos — a reação é totalmente diferente. Resta então a alternativa: ou o telespectador se transforma em autômato, que prefere não ligar, ou assume sua condição humana, buscando perspectivas e soluções.

Na hora da verdade a missão dos cristãos encontra um terreno fértil para fazer frutificar a mensagem cristã. É a hora da televisão terá que ser a hora da verdade: o cristão deverá ter consciência e olhos para ver. Ver, rever e refletir. Ninguém acende uma luz para a colocar debaixo da mesa.

A hora da televisão terá que ser a hora da verdade. O cristão terá que usar seu espírito crítico. Ninguém acende uma luz para a colocar debaixo da mesa.



ESTANTE DE LIVROS

O MATRIMÔNIO, REALIDADE TERRESTRE E MISTÉRIO DA SALVAÇÃO

Vozes acaba de editar mais um livro de Schillebeeckx, perfazendo a trilogia que se havia proposto traduzir do conhecido teólogo: *Cristo, Sacramento do Encontro com Deus*; *Maria, Mãe da Redenção* e, agora, *O Matrimônio*.

Achamos, entretanto, que o novo lançamento está a exigir um quarto volume. Com efeito, Schillebeeckx apenas começou uma reflexão teológica sobre o matrimônio, tomando em consideração dois aspectos primordiais da tradição escriturística e eclesiástica. Primeiro: ser o matrimônio uma realidade terrena, plenamente humana e conseqüentemente sujeita ao desenvolvimento e à evolução. Segundo: ter sido tal realidade incluída no mistério salvífico em sua dimensão total e humana, tornando-se *sacramento*, isto é, sinal eficaz do amor redentor de Cristo à sua Igreja.

A êsse estudo dogmático deveria seguir, conforme o próprio Autor, outra reflexão a respeito das aplicações práticas dessas duas afirmações básicas aos problemas concretos que o matrimônio apresenta: relação entre a intersubjetividade conjugal e a fundação de uma família, entre o amor conjugal e a sexualidade, etc.

Auguramos para breve uma boa tradução em língua portuguesa de tal complementação.

Dito isso, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o conteúdo da obra apresentada.

Trata-se, como se podia esperar de um teólogo do gabarito de Schillebeeckx, antes de tudo, de uma pesquisa minuciosa e carinhosa do plano salvífico a respeito do significado profundo da

sacramentalidade, da vida conjugal entre os cristãos.

O Antigo Testamento revela-nos ser o matrimônio uma realidade terrena, vista, porém, na perspectiva da fé em Deus criador.

Já o Novo Testamento aprofunda essa concepção bíblica à luz da novidade pascal do Cristo redentor. Movidos pelo Espírito do Ressuscitado, os cristãos adquiriram nova sensibilidade para encarar essa realidade tão deste mundo, como é o casamento. São Paulo, sobretudo na carta aos coríntios, oferece-nos a mais completa teologia do matrimônio em todo o Novo Testamento. A afirmação de Jesus sobre a indissolubilidade do vínculo matrimonial, feita à base da visão veterotestamentária da criação que considerava o matrimônio como "uma só carne", isto é, comunhão íntima de vida, é mostrada na epístola aos coríntios em seu sentido salvífico completo e visceralmente conectada com o batismo. Os batizados se casam "no Senhor"; seu matrimônio entra na esfera da salvação.

Por outro lado, não é possível definir o matrimônio cristão sem, ao mesmo tempo, referir-se ao chamado escatológico à abstinência.

Descortina-se uma tensão impressionante no Novo Testamento. De um lado, afirma-se decididamente a bondade da vida sexual moralmente dirigida no matrimônio cristão. Daí a acentuação das obrigações sexuais do amor mútuo matrimonial, obrigações que não podem ser negligenciadas por razões ascéticas. Por outro lado, entretanto, há referência bem marcada ao *eschaton* que está presente no âmago do próprio matrimônio, e por amor do qual o matrimônio está privado daquele valor absoluto que possuía no Antigo Testamento.

Em todo o desenrolar da vida e do pensamento da Igreja a teologia do matrimônio e a teologia do celibato consagrado estiveram entrelaçadas uma à outra, crescendo juntas, iluminando-se mutuamente, a partir da concepção fundamental do *sacramentum Christi et Ecclesiae*. A consagração de uma virgem nunca foi tida como sacramento, porque a virgindade é vivência direta do grande mistério da união de Cristo com sua Igreja. No matrimônio, porém, tal mistério é vivido existencialmente entre dois seres que se amam, e se manifesta como realidade exclusivamente deste mundo, já cheia

de sentido em si mesma, mas elevada ao nível de realidade sobrenatural e significativa da relação supraterrana de Cristo com a Igreja.

A Igreja descobriu o matrimônio como sacramento à luz da "virgindade consagrada por causa do reino de Deus". São dois estados complementares no cristianismo. Um evoca o outro. Um precisa do outro. É um fato sintomático que, onde quer que se negou o direito de existência à virgindade, não se reconheceu tampouco a natureza sacramental do matrimônio. Quanto mais prezada e conhecida fôr a verdadeira teologia do matrimônio cristão, tanto maior aprêço e compreensão profunda se outorgará ao celibato consagrado.

Outro aspecto importante da visão bíblica do casamento é seu caráter definitivo como compromisso. É um risco para toda a vida, um elo que não é somente um chamado pessoal para transformar o matrimônio numa união indissolúvel, mas é também, à base da estrutura da criação confirmada pelo batismo, uma unidade objetiva que transcende a autodissolução livre e o rompimento existencial. Fato único que, em sua qualidade absoluta e incondicional, não apresenta nenhum fundamento natural além do acontecimento salvífico do batismo e que, por conseguinte, só pode ser entendido como *dado* da revelação em Cristo.

Essa renúncia absoluta e definitiva de uma pessoa a outra pessoa, sem nenhuma previsão do que pode acontecer no futuro, é surpreendente manifestação humana da renúncia definitiva do homem a Deus. Em outros termos, a indissolubilidade do matrimônio está ligada do modo mais íntimo ao caráter definitivo da comunhão de graça com o Deus-Trindade.

Fora de tal contexto, a indissolubilidade matrimonial só pode ter valor relativo, como bem o atesta o famoso privilégio paulino.

Todos aqueles que andam investigando a *Teologia da Vida Religiosa* encontram, por certo, bastantes luzes na leitura meditada dessa obra do professor de Nimega, uma vez que "matrimônio cristão e celibato consagrado" são duas realidades existenciais que se condicionam, se esclarecem e se aperfeiçoam, uma à outra, na profundidade do inexaurível mistério de Cristo.

Irmão Aleixo Maria Autran.

ADEUS À DISPONIBILIDADE E OUTROS ADEUSES

Autor: Alceu Amoroso Lima.
Editôra: AGIR, Rio de Janeiro, 1969.

Neste livro autobiográfico, Tristão de Ataíde, de modo fascinante e perturbador, apresenta seus sucessivos adeuses a si mesmo, aos homens e às coisas, aos seus alunos e outros alunos, como "uma preparação para o a Deus final com que, queiramos ou não, se encerra a nossa peregrinação de adeuses sucessivos". São adeuses provisórios que revelam toda uma vida literária e de militância cristã. São despedidas das etapas de uma vida a caminho da unidade, da posse de si mesmo, do encontro com a verdadeira alegria da criação, da libertação, da superação, do dom, do crescimento e da plenitude inesgotável do ser. Adeuses que mais revelam uma presença do que uma separação. Que revelam vários momentos assumidos e não negados, superados e transcendidos e não enterrados. Que revelam vários provisórios assumidos dinamicamente, numa antecipação constante, no hoje dos homens, no presente da humanidade, do futuro de Deus que *agorizamos*, tornamos nosso agora.

O livro todo é o aceno de uma vida sempre presente. De uma vida que foi e é fermento bom, força transformadora e formadora de consciências, de comportamentos, de modos de ser e de visões sobre o mundo. De uma vida que sempre se pautou pela autenticidade e pela busca desesperada da verdade das coisas, do homem e da fé. De uma vida coerente em constante adequação de seu modo de viver com seu modo de pensar: seu pensamento foi seu viver. Para conseguir isto, Tristão teve que quebrar inúmeros obstáculos, estourar muitos limites, enfrentar numerosos impasses, superar múltiplas resistências. Mas atravessou alegre e unificadamente todas as barreiras sobre o caminho da verdadeira disponibilidade, "aquela em que nos colocamos nas mãos de Deus". Disponibilidade sempre traduzida em gestos e atitudes de audácia e de coragem, sem jamais sonegar o dom de si nem viver no deserto frio dos cálculos. Audácia e coragem vividas na esperteza e na inteligên-

cia dos "filhos da luz", na denúncia das imposturas, das maldades, das injustiças, das mediocridades, das hipocrisias, dos formalismos, no testemunho da verdade, do amor e da liberdade. O que Tristão fez de mais inteligente foi amar, foi viver a aventura do dom total, foi impregnar-se da audácia, do risco da fé, da sabedoria, da sabedoria do amor que é o Amor de Deus amando no seu amor.

Lendo *Adeus à Disponibilidade*, como se apresenta para nós o homem e o cristão? É um homem cujo desejo de comunhão com Deus sempre o remeteu para o mundo. Sua fé não foi vã nem estéril porque sempre animou uma ação em que se encarnou. Sabe que a criação não é perfeita nem está acabada. Sabe que a história humana, que prolonga a evolução da vida, e que é a história de Deus no homem, ainda está em gênese, em nascimento. Ela precisa ser continuada, prolongada, acabada, até que tudo seja total e totalizado. Como Cristo, sabe que deve imergir-se no mundo, unir-se com o universo, a ele se abrir, captar e reconhecer suas energias, para desdobrá-las nas virtualidades latentes. Tristão procurou tirar das coisas tudo o que elas contêm de vida eterna, a fim de que nada se perdesse. Procurou extrair do mundo tudo o que ele contém de verdade e de energia. Procurou experimentar todos os caminhos, sondar tudo, ao preço do esforço e do desprendimento, no compromisso ousado com os valores humanos, tentando sem medo tudo o que é legítimo para colaborar com o Espírito criador que muito espera da iniciativa humana. Não quis aliviar as penas, acalmar os sofrimentos, tranquilizar as consciências, mas, por amor, empurrar as potências da humanidade até ao termo superior, por meio de todos os esforços e de todas as descobertas. Jamais duvidou de que o mundo nunca será suficientemente vasto, nem a humanidade bastante forte, para serem dignos daquele que os criou e nêles se encarnou. Consciente de que, apesar de sua ambigüidade, a matéria é boa, de que o mundo foi santificado e renovado pela encarnação, concorreu para a própria maturação de todas as coisas, para que a terra nova brote do acabamento da terra antiga, para que o homem novo nasça da morte do homem velho.

Hilton Ferreira Japiassu.

CONVERGÊNCIA

FUNDAMENTAÇÃO
EVANGÉLICA
DA VIDA
RELIGIOSA

CARLOS MESTERS

Pedidos à CRB:

Av. Rio Branco, 123

10.º andar

Rio, GB